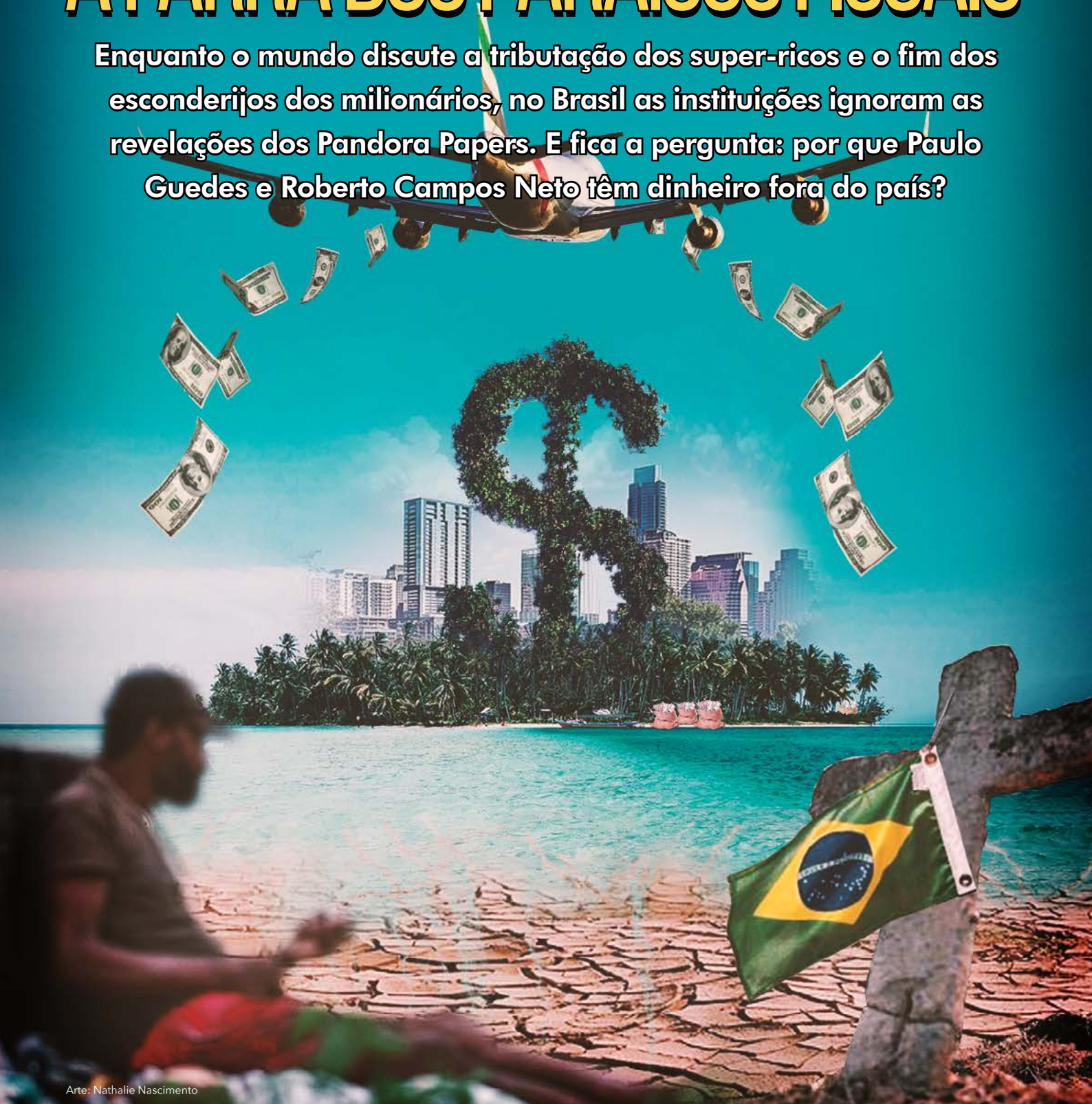


A FARRA DOS PARAÍSOIS FISCAIS

Enquanto o mundo discute a tributação dos super-ricos e o fim dos esconderijos dos milionários, no Brasil as instituições ignoram as revelações dos Pandora Papers. E fica a pergunta: por que Paulo Guedes e Roberto Campos Neto têm dinheiro fora do país?



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

NESTA EDIÇÃO

Luís Nassif: mídia esconde escândalo das offshores

Paulo Teixeira cobra transparência do CNMP

Zeca Baleiro e Vinícius Cantuária lançam álbum juntos

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 anos
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO: PT DCM Fórum TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

PANDORA PAPERS: HORA DE DISCUTIR A EXTINÇÃO DOS PARAÍÇOS FISCAIS

O mundo já começou a discutir como colocar fim à farra dos ricos em refúgios para evitar pagamento de impostos. Mas, no Brasil, o ministro da Economia se nega a explicar porque esconde fortuna lá fora.

Página 13



EDITORIAL. Vacinação em massa é derrota histórica de Jair Bolsonaro

Página 4

ENTREVISTA. Luís Nassif culpa a mídia pela crise democrática brasileira

Página 5

TRIBUTOS. Líder Paulo Rocha diz que mudança do IR amplia a desigualdade

Página 16

ABISMO. O número de favelas dobrou nos últimos dez anos. E a fome avança

Página 17

SÓ O OSSO. Mais de 40% da produção de grãos no mundo alimenta animais

Página 19

PANDEMIA. CPI vai listar os 11 crimes cometidos pelo presidente da República

Página 21

VOLTA ÀS ESCOLAS. Os riscos do retorno às aulas presenciais são enormes

Página 22

EDUCAÇÃO. Homenagem a uma geração iluminada de professores brasileiros

Página 25

ORÇAMENTO. Arlindo Chinaglia diz que projeto do governo é uma ficção

Página 27

DESMONTE. Helena Nader denuncia o desmanche da ciência pelo Planalto

Página 29

MP. Paulo Teixeira diz que Conselho não pune abusos cometidos por procuradores

Página 31

ONU. Comitê de Direitos Humanos vai julgar recurso de Lula contra Sérgio Moro

Página 33

PEC 32. A Reforma administrativa é um ataque ao Estado, diz Bohn Gass

Página 34

ELEIÇÕES. As pesquisas mostram que rejeição a Bolsonaro alcança 60%

Páginas 35

ATAQUE. Dilma conquista ampla solidariedade pelos ataques de Ciro Gomes

Página 37

MEMÓRIA. Um feito: a Petrobrás descobre o pré-sal no governo Lula

Página 38

MÚSICA. Zeca Baleiro e Vinícius Cantuária lançam o álbum "Naus"

Página 40

CLÁSSICO. "Hunky Dory", de David Bowie, completa 50 anos como obra-prima

Página 43

A DERROTA ESTRATÉGICA DE BOLSONARO

Aloizio Mercadante

O Brasil atingiu, esta semana, a fantástica marca de mais de 100 milhões de pessoas completamente imunizadas contra Covid-19, o que representa cerca de 47% da população. Com esse número, o povo brasileiro impõe uma decisiva derrota ao negacionismo de Bolsonaro.

Isso porque a estratégia central de Bolsonaro na condução da pandemia foi o boicote declarado e deliberado às medidas prudenciais recomendadas pela medicina, como o uso de máscaras e o distanciamento social e a própria vacina, que ele chamou de "vachina". Importante lembrar que o presidente negou ofertas de compra reiteradas vezes, conforme revelou a CPI da Covid. O desprezo de Bolsonaro ao imunizante é tamanho que ele chegou a declarar que quem se vacinasse viraria jacaré ou jegue. E, até hoje, segue se recusando a tomar a vacina e desincentivando a campanha de imunização em massa.

Mas, não foi só. Seu governo tentou promover negociatas documentadas na compra de vacinas, enquanto o Planalto obstruía a compra de imunizantes reconhecidamente eficazes e mais baratos. Ele atuou ainda como promotor do vírus e trabalhou para que pessoas se contaminassem o mais rápido possível para adquirirem naturalmente a chamada imunidade de rebanho. Para isso, promoveu medicamentos comprovadamente ineficazes contra a Covid-19, como a cloroquina e

a ivermectina, e não só condenou o uso de máscaras e o distanciamento social, como causou aglomerações e boicou e ameaçou as iniciativas de estados e municípios na contenção da expansão da pandemia.

O resultado trágico dessa estratégia negacionista e genocida do governo federal: mais de 600 mil vidas perdidas para a doença. Mas a derrota de Bolsonaro é profunda. Apesar de todo o empenho continuado em negar a gravidade da pandemia, a ampla maioria da população segue se vacinando e utilizando máscaras e álcool gel e praticando o distanciamento social para se proteger contra a Covid-19.

Outro ponto que precisa ficar claro é que o negacionismo de Bolsonaro não é só com a pandemia. Seu governo sempre promoveu a chamada "guerra cultural", que tem como alvo prioritário as universidades públicas e as instituições voltadas para a produção científica. O Planalto está desmontado o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações com a retirada de R\$ 600 milhões da pasta e quer avançar também sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o que foi recentemente impedido por lei.

Esse desmonte de áreas estratégicas vai custar caro às futuras gerações. É impossível, no século 21, que o país volte a se reindustrializar, no contexto da indústria 4.0, sem ciência, sem inovação e sem avanços tecnológicos. O 5G, por exemplo, é uma tecnologia disruptiva e não apenas incremental, que transmite 200 vezes mais dados que o 4G e em ritmo

mais acelerado. Esse novo padrão tecnológico impactará decisivamente o setor de serviços, da indústria e da agricultura. O país deveria estar se preparando para esta transição digital, que exige ainda mais investimentos em educação, pesquisa, ciência e tecnologias inovadoras.

Esse é um dos motivos para que, além da recessão, já esteja na pauta o grande desafio na geração do emprego e do trabalho, que não pode ser mais apenas um subproduto da política econômica, mas que precisa estar no centro das novas políticas públicas.

O governo Bolsonaro promove uma antipolítica pública de desmonte amplo, profundo e acelerado de áreas estratégicas e portadoras de futuro, que vai da educação infantil, ao não cumprir as metas de acesso planejadas pelo Plano Nacional de Educação, à pós-graduação, que padece com intervenções desqualificadas na comissão científica da Capes.

Felizmente, todo esse negacionismo terraplanista de Bolsonaro está sendo parcialmente derrotado pelo povo. Hoje, 53% dos brasileiros consideram o governo péssimo. Além disso, todos aqueles que se vacinaram disseram não a Bolsonaro. E poderão dizer não novamente nas urnas, nas eleições de 2022.

Esses 100 milhões de brasileiros expressam a vitória da pesquisa, da medicina baseada em evidência científica e do SUS. E também impõem também uma derrota estratégica do governo, logo promovendo uma vitória histórica do povo brasileiro. •

“VIVEMOS TEMPOS BICUDOS, MAS VAMOS SAIR DESSA CRISE”

Veterano repórter de Economia, o jornalista que ousou enfrentar a *Veja* há 13 anos diz que a crise da democracia no Brasil deve muito à atuação da velha mídia, que usou do mesmo método de Bolsonaro, ao propagar o ódio contra as esquerdas. “No Brasil, tudo virou uma grande Fox News. E assim desarrumou-se todo o sistema de informação e análise do país”, observa

Olímpio Cruz Neto e Pedro Camarão

Um dos mais argutos e experientes repórteres econômicos do país, Luís Nassif esbanja otimismo, mesmo diante da mais grave crise econômica, social e política da história do país, que resultou na corrosão progressiva da democracia e no aprofundamento da desigualdade. Mineiro de Poços de Caldas, ex-integrante do Conselho Editorial da *Folha*, dono de um dos endereços mais respeitados na internet brasileira – o portal GGN – Nassif é um crítico severo da mídia nacional, a quem responsabiliza diretamente pela destruição do ambiente institucional brasileiro.

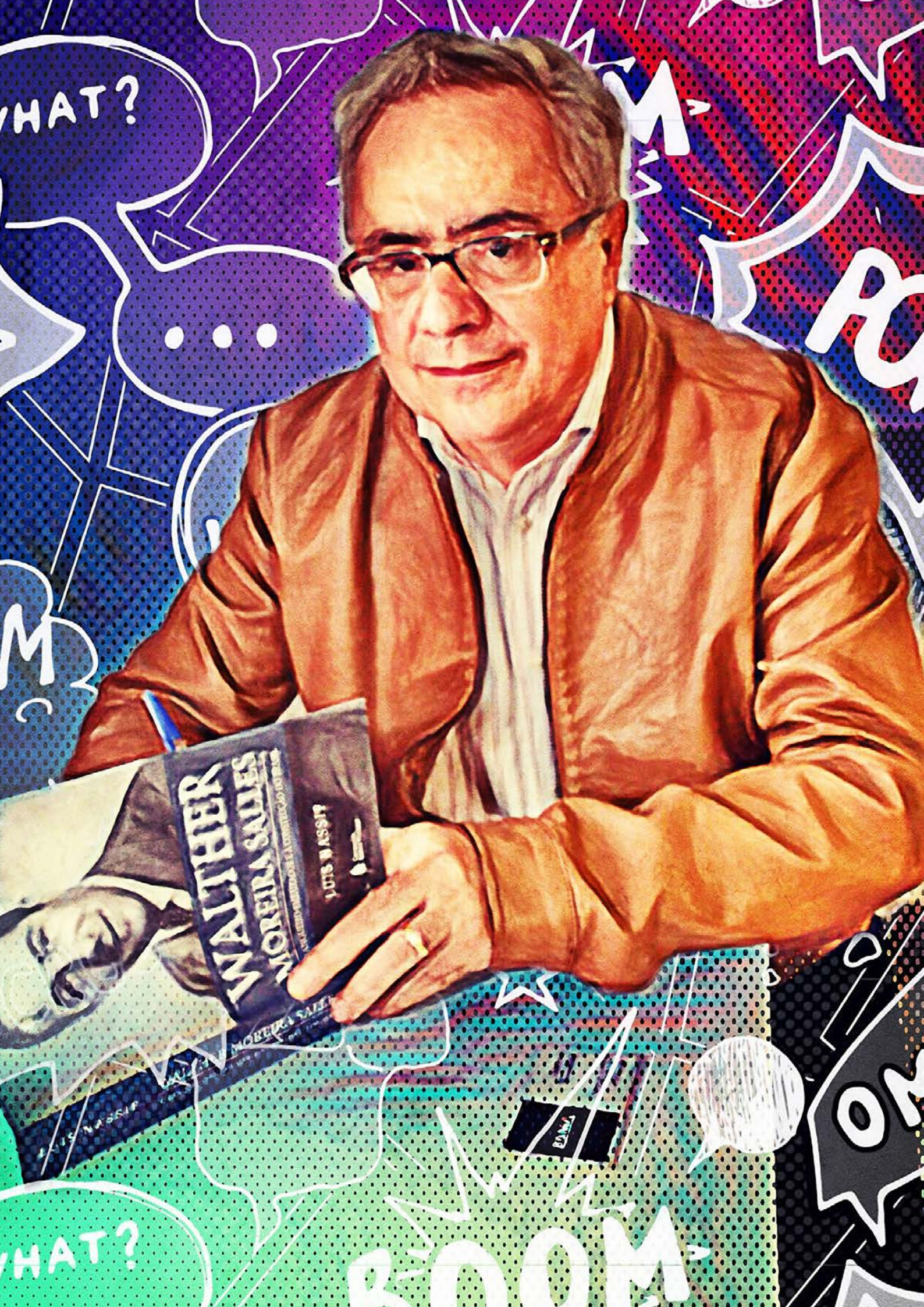
“A mídia pautou os partidos políticos nesse período todo, pautou o Judiciário, o Ministério Público. E sempre com o discurso de ódio,

fazendo o Jornalismo de Guerra. E aí chegamos ao Bolsonaro”, lamenta o jornalista. Ele lançou recentemente o livro “O Caso Veja”, em que esmiúça como a revista semanal mais influente do Brasil, desde que foi criada por Mino Carta e um talentoso corpo de jornalistas, se tornou o portal do jornalismo de esgoto, promovendo assassinatos de reputações até se tornar irrelevante.

Ele não poupa a grande mídia de esconder da opinião pública o mais recente escândalo envolvendo o ministro da Economia, Paulo Guedes, flagrado junto com o presidente do Banco Central, escondendo dinheiro em paraísos fiscais no Caribe. “A imprensa é sensível ao mercado financeiro”, observa. “E os grandes proprietários dos veículos de comunicação têm tam-

bém offshores em refúgios fiscais no exterior”, diz, lembrando que esse é o comportamento da elite financeira do país. “Guedes acena com uma perspectiva aí do negócio do século para o mercado que é a privatização da Eletrobrás”, denuncia. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida à **Focus Brasil**.

Focus Brasil – O Brasil talvez seja um dos únicos países do mundo em que o ministro da Economia se comporta como um apostador contra o país. Você “bateu” muito nisso e sempre esteve atento aos movimentos de Paulo Guedes. Gostaria que você desse um panorama sobre como recebeu o escândalo dos Pandora Papers, envolvem Guedes e Roberto Campos Neto.



WHAT?

M

R

O

WHAT?

ROOM

– A offshore de Guedes é estu-
penda. E ele dá um monte de
explicações. Não conta nenhuma
mentira, mas não conta a verda-
de. Ele fala “depois que virei mi-
nistro, não depusitei um tostão lá”.
Provavelmente, é verdade. “De-
pois que virei ministro não saquei
um tostão de lá”. Provavelmente, é
verdade também. Só que isso não
tem a menor relevância. O ponto
central é seguinte: enquanto você
esteve ministro, aquele dinheiro
foi movimentado? E foi movimen-
tado onde?

Guedes confessou implicita-
mente na primeira nota que o di-
nheiro era movimentado. Ele fa-
lou: “não participava das decisões
de investimento”. Ou seja, havia
decisões de investimento. Então, o
ponto central é este: se ele inves-
tiu, onde investiu e como investiu.
E não adianta dizer que não par-
ticipava porque o fundo era dele,
da mulher e do filho. Mas como
ele é um sujeito honesto [fala ironi-
camente], transparente e tudo, ele
vai abrir as contas para o pessoal
ver onde investiu.

Nesse período, especialmen-
te, de 2019 para cá, decisões de
Banco Central e economia provo-
caram mudanças radicais no mer-
cado. Por exemplo, em fevereiro e
março do ano passado, o merca-
do estava despencando porque ti-
nha aqueles fundos de recebíveis
de grandes empresas – que ven-
dem a prazo, pegam os recebíveis
e passam para um fundo – e, com
aquele tamanho da crise, não se
sabia quem iria quebrar e quem
iria ficar. O mercado despencou
naquele período.

– E houve intervenção, né?

– Foi só o Banco Central anunciar
que entraria no mercado... Aliás,
para comprar fundos sem nenhu-
ma transparência. Ninguém co-
brou transparência. Compraram
carteiras daqui e dali, beneficiaram
uns, salvaram outros e o mercado
disparou. E se o fundo do Guedes

investiu no mercado brasileiro um
pouco antes, como fica? E quem
foram os fundos e as empresas
que foram salvas pelo Banco Cen-
tral? Eram todas de capital aberto.
Em quais delas o fundo do Gue-
des aplicou? E não teve cobrança
da mídia sobre os pontos relevan-
tes para saber até onde ele avan-
çou. Esses são pontos relevantes.

– A situação do presidente do BC é diferente?

– Roberto Campos Neto afirmou
que o fundo jamais foi movimen-

GUEDES CONFESSOU QUE O DINHEIRO ERA MOVIMENTADO, MAS “NÃO TINHA PARTICIPAÇÃO DAS DECISÕES DE INVESTIMENTO”. QUEM DECIDIA?

tado. Aí é uma afirmação de defe-
sa efetivamente. Tem que conferir
se é verdade ou não, mas ele en-
trou no foco central da questão.
O Guedes, não. Ele não informou
nada e fica por isso mesmo por-
que os fundos offshore são uma
prática de toda essa elite finan-
ceira brasileira. Em muitos casos
utilizam para fugir do pagamen-
to de impostos, em outros casos
para fugir de falência, como é o
caso do Eike Batista que tem mais
de R\$ 1 bilhão lá fora. Tem tam-
bém o caso dos filhos do Roberto

Civita que deixaram passivos tra-
balhistas enormes para trás. Em
parte, é dinheiro oriundo de cri-
mes de antecedentes. Agora, em
investigações só querem pegar
crimes de antecedentes. Crime
de antecedentes é se teve algum
golpe, alguma trama que origi-
nou aquele dinheiro para ir para
o paraíso fiscal. Mas não é apenas
isso. Se você vai no paraíso fiscal
para não pagar um passivo traba-
lhista, para não pagar um passivo
de recuperação judicial, como
que fica?

– No caso do Luciano Hang, é sonegação de impostos mesmo. Ele tem débitos trabalhistas e previdenciários. E não paga.

– Não, não paga. E ele está me
processando porque eu falei que
ele deve para o Fisco e ele não
deve para o Fisco, são as empre-
sas dele. E tem juiz que aceita o
argumento (risos).

– Voltando ao Guedes, ele afirma que saiu da sociedade. Mas se houve movimentação financeira, quem ficou na empresa foram a mulher e a filha. Como é possível que isso esteja dissociado dele?

– Ele pegou uma muralha chinesa
e colocou no meio da cama de ca-
sal para não ouvir a mulher (risos).
Aliás, o David Cameron [ex-primei-
ro-ministro britânico], o simples
fato de ter a conta no exterior já
gerou a demissão dele e aqui se
ficam discutindo que isso é coisa
eleitoral. Gente, o fato é o ministro
da Economia, o “cara” que está a
toda hora reclamando de falta de
recursos orçamentários, que está
cortando dinheiro de tudo. Aliás, é
interessante ver esse último corte
que ele fez no orçamento de Ci-
ência e Tecnologia, seguramente
foi para compra de apoio no Con-
gresso. Seguramente. Poucos dias
depois de estourar o escândalo
ele tira aquele recurso, aparente-
mente nem o Bolsonaro estava sa-
bendo, e distribui aos ministérios

do Desenvolvimento e da Agricultura, que é onde estão ocorrendo aquelas tramoias com tratores e tudo mais. Então, certamente foi para compra de apoio.

Agora, é indecente que venha o [ministro do STF Luiz Roberto] Barroso e faça um baita carnaval porque o Bolsonaro ataca os votos em urna eletrônica e isso pode influir nas eleições. Mas ele não fala nada sobre os comícios do Bolsonaro nem em relação ao mais profundo fator de distorção política desde a redemocratização que é esse Orçamento Secreto. Os parâmetros de julgamento estão muito difusos, se vai muito na retórica ou contra retórica do Bolsonaro e deixa de lado coisas muito mais graves, inclusive, do próprio Bolsonaro.

– E por que a grande imprensa quase não fala da offshore do Guedes ou dos Pandora Papers?

– Porque grande parte dos proprietários de veículos de comunicação têm conta “lá fora”. Quando saiu a história daquelas contas do HSBC, esse mesmo grupo de jornalistas investigativos, que tinha o Fernando Rodrigues aqui, começa a soltar as matérias e de repente dá de cara com os Frias [donos da *Folha de S. Paulo*] e com os Marinho [donos das Organizações Globo]. Imediatamente, ele recuou. Inventou uma desculpa qualquer. Teve que o Chico Otávio, do Globo, fazer algumas matérias para salvar a cara da apuração sem levantar muito a lebre dos Marinho e dos outros. Então, esse é um dos lados.

O segundo lado é que a imprensa desde os anos 2000 ficou sensível ao mercado financeiro. Quando a imprensa quebra no começo dos anos 2000 e vem a revolução da internet, ela percebe que teria que ter a parceria com grandes fundos de investimento. A partir daí, o capital financeiro passa a ter um poder

massacrante sobre a imprensa. E agora muito mais na medida em que bancos compram editoras, compram tudo. Então, esse é o segundo fato que faz a imprensa se calar porque o Guedes acena com uma perspectiva aí do negócio do século para o mercado que é a privatização da Eletrobrás.

Algo que vai ter consequências terríveis sobre a economia, mas que vai ser negócio para todo mundo. Para o banco que está fazendo a modelagem da privatização, para os fundos que

O FATO É QUE GRANDE PARTE DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO BRASIL TÊM DINHEIRO E CONTA FORA DO PAÍS

já têm ações da empresa. Pega o Jorge Paulo Lehmann, que tem participação na empresa. Ele não precisa disponibilizar um tostão, basta privatizar a empresa que as ações dele vão quintuplicar.

Veja bem, o mercado não acredita mais na capacidade de gestão do Guedes. Foi ele quem produziu essa crise que nós temos hoje de inflação e crescimento. O mercado não acredita mais na capacidade do Guedes de formular reformas. As propostas dele são de uma ignorância abissal e ainda

tem a incapacidade de negociar com o Congresso. Então, o único trunfo que ele tem é a perspectiva de poder privatizar a Eletrobrás. É isso que dá sobrevida a ele.

– O Brasil está na contramão. O escândalo do Pandora Papers está nos principais jornais do planeta, há uma discussão grande sobre colocar fim aos paraísos fiscais, sobretaxar os ricos e esse é um tema que aqui no Brasil ninguém toca. E a gente fica numa situação embaraçosa porque não há uma perspectiva de que se abra um debate em torno disso.

– Não há. Ocorreram algumas mudanças na mídia com a entrada de CNN e outros que inovaram em vários setores, mas quando entra a parte econômica, o discurso é único. O mundo inteiro, o FMI, o Financial Times, todo o mundo capitalista discutindo os dogmas da teoria econômica nesse período, os erros que foram cometidos. Veja o Nobel de Economia que discute a questão do salário-mínimo. E aqui você não tem nem acesso às discussões. Televisão ou jornal, quando vai falar de reforma administrativa e ajuste fiscal, são três ou quatro economistas que repetem os mesmos argumentos permanentemente. Se você for ver do ponto vista jornalístico, se todo mundo fala A, então, interessa procurar alguém que fale B para fazer o contraponto. Veja, não estou necessariamente apoiando o B, mas faz parte da dinâmica do jornalismo buscar um fato novo. Quando você entra na economia aqui é inacreditável. É inacreditável!

Pega a lei do Teto de Gastos que é um absurdo, uma aberração. Na mídia só aparece: “Se romper a Lei do Teto, o Brasil acaba”. Estamos desde 2015, desde Joaquim Levy, depois Temer e Bolsonaro com essa política fiscal maluca e de cortar tudo. Cor-

ta gastos públicos, investimento público, acaba com a legislação trabalhista, ferra com a Previdência e diz que se fizer tudo isso a economia volta à tona porque vai ter um ajuste fiscal, o investidor vai acreditar e voltar a investir.

Só que daí as empresas começam a se mandar e não é por falta de ajuste fiscal, é porque acabou o mercado. Eles liquidaram com os pontos reais que mexem com a economia. Qual é o capital que investe nesse quadro? É só o capital especulativo. O capital que conta, aquele que cria empregos, gera empresas, aumenta a capacidade instalada, esse se mandou e está se mandando.

Toda essa discussão de política econômica visa, especificamente, os interesses do capital financeiro que não tem o menor interesse em termos de desenvolvimento. Sobre o investimento real, em fábricas e tudo, você não tem um jornal, uma televisão que faça uma abordagem racional.

É interessante esse negócio do prêmio Nobel. Traz de volta um conceito que começa a pegar desde o final dos anos 80 e que eu usei muito para questionar o Plano Real que é a chamada observação empírica. O que é isso? Tenho aqui uma teoria que diz que se eu fizer isso a economia vai fazer aquilo, a economia são os agentes econômicos. O que deve fazer o jornalista econômico? Não é preciso conhecer a alta teoria. O jornalista deve ir até o agente econômico - que é o empresário, o trabalhador - e conferir se ele está fazendo isso. Se não está fazendo, é porque a teoria está errada. Pega as metas inflacionárias do Armínio Fraga - se aumentar os juros, cai a demanda por crédito e financiamento e a inflação cai. Aí você faz as contas, dois pontos da taxa Selic, um baita impacto que você tem na dívida pública, o que significa para o crédito ao consumidor em

que você paga 3% ao mês? Nem arranha. Ora, se não arranha o financiamento tem alguma coisa errada. Aí vem os economistas e dizem que têm comprovação estatística de que seis meses após o aumento de juros a inflação vai cair, então você busca outra razão, a inflação cai porque aumenta os juros, começa a entrar capital especulativo e começa a apreciar o câmbio. Então, você derruba a inflação através da apreciação do câmbio. Mal comparando, isso significa a mesma coisa que utili-

O CAPITAL FINANCEIRO É VORAZ. QUER ENTRAR NA SAÚDE, NA EDUCAÇÃO E NÃO APENAS. ESTÁ TAMBÉM COMPRANDO TERRAS NO PAÍS

zar sanguessuga para derrubar a febre do paciente.

Um dos artigos que fala sobre o prêmio Nobel diz que a economia hoje está pior do que a medicina no final do século 19. A economia ainda acredita em sanguessuga. Quem dá essa dimensão política para economista de mercado, é a mídia, o jornalismo econômico.

– Essa agenda dos cadernos de economia ainda é ligada às ideias do Consenso de Washington. Agora, os EUA estão querendo construir um Estado forte. Como

vai ficar a situação das grandes empresas de comunicação no momento em que ocorre essa mudança geopolítica?

– O grande problema aí é que o chamado tripé virtuoso do Fernando Henrique que foi mantido depois, criou uma nação de rentistas. Por que quiseram derrubar a Dilma? O que está por trás disso é você abrir as fronteiras para a financeirização de todos os setores da economia. Hoje, esse capital financeiro quer entrar na saúde, na educação e não apenas. Esse capital financeiro está comprando terras. Se você pega aqueles negócios que eram de pequenos empresários, barzinhos em postos de combustível, padarias, estão sob o controle do capital financeiro.

Pega a Escola Politécnica [USP-SP], berço da engenharia, nove em cada 10 propostas de estágio são do capital financeiro. Pega a publicidade na Globonews, CNN e todos os outros, de cada 10 comerciais, nove são planos de saúde ou capital financeiro. E capital financeiro é intermediário. O setor da economia que produz riqueza foi para o vinagre, especialmente com a Lava Jato.

O último fôlego dele foi o PAC que acabou amaldiçoado e a própria indústria comprou essa malucice do combate a investimentos públicos. A financeirização entrou na cabeça das pessoas. A elite intelectual brasileira está indo inteira para o mercado financeiro e o sonho dela é trabalhar por 15 anos, ficar rico, se aposentar e não trabalhar mais. Os pequenos negócios de startups, fica todo mundo tentando e a startup que dá certo o capital financeiro compra, o criador ganha dinheiro e vai viver de renda. A gente voltou ao esquema da monarquia e da República Velha, é contra qualquer forma de trabalho. Aqui, o trabalho decreta.

Quando você pega a parte

improdutiva do país – Justiça, Ministério Público e tudo – a rapaziada que entra faz com o mesmo espírito yuppie. Não batalha por aqueles setores que geram emprego e tributação. Eu me lembro uma entrevista de um desses donos de curso de inglês, ele disse que vendeu o curso por R\$ 1 bilhão. Falou que levou a vida inteira para acumular esse valor, mas que em um ou dois anos no mercado dobrou o patrimônio. Nós criamos uma nação de rentistas. E hoje quando a mídia fala para a juventude de classe média, ela incute esses valores.

– **Uma distorção de valores.**

– Falando especificamente sobre a publicidade dos bancos, elas dizem: “Vamos ajudar no seu sucesso”. Então você acabou com a noção de país, de valores cívicos, de valores públicos. É um horror. Com esse desmonte que teve, cada qual trabalha o seu interesse pessoal e o interesse coletivo não tem quem trabalhe.

Você pega hoje o *Financial Times*, o *Wall Street Journal* – apesar de ser daquele Murdoch –, essas bíblias do capitalismo estão discutindo geral. Aqui, não. Veja o Supremo Tribunal Federal, endossando esse negócio da legislação trabalhista. Acaba, com a formalização e as empresas acham positivo porque não vão pagar INSS, FGTS e tudo. Mas o que acontece com o coletivo, o trabalhador sem essas redes de proteção e sem a carteira de trabalho – a carteira verde-amarela não é nada? Ele não tem estabilidade e previsibilidade na sua renda. Sem isso, não consome, não consegue crédito e o mercado desaba. Prejudica todo mundo. Mas você não tem aquelas instituições, mídia e tudo que consigam entender o conjunto para defendê-lo.

– **Business...**

– É por isso que vão privatizar a

Eletrobrás. O custo da energia vai subir, mas não existe um grupo para defender que o custo da energia seja barato. É a mesma coisa com relação a permissão que o Supremo dá para a venda de subsidiárias de Petrobrás sem analisar a lógica das petroleiras e a importância de se ter uma estrutura de apoio quando a prospecção estiver ruim. Por isso que se permite aumento de combustíveis, porque a coisa mais sagrada é distribuição de dividendos, não é a função estratégica da empresa.

O PAÍS JÁ NÃO CONTA COM INSTITUIÇÕES QUE DEFENDAM O INTERESSE COLETIVO OU NACIONAL. É POR ISSO QUE VÃO PRIVATIZAR TUDO

É por isso que colocam na Eletrobrás um executivo que corta todos os investimentos, que são essenciais para o país, e assim o balanço melhora, aumenta a distribuição de dividendos.

– **E assim a crise energética se apresenta.**

– E a imprensa anuncia o cara como um grande executivo que melhorou a Eletrobrás. É uma fase de insanidade que a parte menos insana do país é o Bolsonaro com as suas loucuras. Usa-se o álibi Bolsonaro, mas se ele sair fica toda

essa herança que é o que mata. A crise energética é desse modelo. O desmonte do SUS começou com o Henrique Mandetta. Quando ele acabou com o Mais Médicos, foi celebrado. Disseram que haveria chance para os médicos brasileiros... E um mês depois, 70% desses médicos tinham desistido e não sai notícia sobre isso. O [Fernando] Haddad falou outro dia que os dois maiores problemas do país são cartel financeiro e cartel de mídia. E ele está correto.

– **E vai dar para sair dessa encalacrada?**

– Vai dar um trabalho danado, mas dá. O Brasil é maior do que isso. Se você olha para 1930, o Brasil também era um país totalmente sem rumo. Eu até fiz um artigo a partir de um dos meus gurus que é o Manoel Bonfim, um historiador do começo do século que se decepcionou com o Brasil um pouco antes da Aliança Libertadora. Daí veio o maior estadista brasileiro, um caboco chamado “senhor crise” e quebrou o Brasil. Daí o Getúlio [Vargas] teve que impedir o livre fluxo de capitais. Aí o dinheiro teve que ser investido no Brasil e nós começamos a virar uma Nação. O próprio Lula, em 2008, quando veio a crise, saiu debaixo do tacão do mercado. Até então ele estava no tacão do mercado com câmbio apreciado e juros altos. Quando vem a crise, tem aquele insight de estadista e o Brasil sai da crise na frente de todo mundo porque fugiu das algemas do mercado, apesar do Henrique Meirelles.

– **Qual o impacto da agenda do Guedes na sucessão?**

– Vamos pegar o melhor paralelo ao Bolsonaro, que foi Hitler. O Hitler pegou uma Alemanha quebrada e tinha um ministro da Economia genial, que resolvia problemas. A economia estava quebrada e ele fazia barganha, trocava equi-

pamentos, por alimentos, por insumos e a Alemanha deu um salto tão grande que o Hitler virou o senhor absoluto da guerra. Se tivesse um ministro da Economia aqui que fosse competente e a situação econômica estivesse melhor, Bolsonaro estaria com outro nível de aprovação, inclusive da mídia e tudo. Se você põe dois temas para o Guedes administrar simultaneamente, ele se perde. É um marqueteiro. Já vem desde o governo Temer esse corte indiscriminado de despesa, então eles cortaram todo o orçamento para estoque regulador. Aí entra o Guedes e, coincidentemente, você tem uma explosão das commodities internacionais... Guedes então permitiu que o câmbio fosse lá para cima, duplicando o saldo que ele tinha de dólares lá fora. Nem ele, nem o presidente do Banco Central, utilizaram as reservas para administrar o câmbio. Os preços internacionais também subiram. Quando você junta os dois esses aumentos se refletem internamente e explode a inflação. Quando explode a inflação, desestrutura tudo.

Então, aquela ideia deles inicial de que se tiver câmbio desvalorizado e taxa de juros baixo a economia deslança, foi utilizada sem analisar a realidade. A realidade é que grande parte das empresas brasileiras de máquinas e equipamentos depende de importação, nesses anos todos de desindustrialização o Brasil virou um país maquiador. E segundo, quando a inflação explode você não pode mais segurar a taxa de juros porque você tem o dogma das metas inflacionárias e ele é obrigado a aumentar os juros novamente. Desde o final do ano passado isso estava nítido, a estagflação. A estagflação ainda foi um pouquinho administrada por mérito do Congresso quando foi criado o auxílio emergencial. O que ocorre lá atrás: os custos vão

lá pra cima com câmbio e preços internacionais, as empresas conseguiram repassar num certo momento por conta do auxílio emergencial, mas quando esse auxílio acaba, as empresas não conseguem mais repassar. Sem esse repasse, num primeiro momento você tem o fenômeno da maquiagem: entregar produtos de menor qualidade. Depois, não tem mais saída. Hoje, as empresas estão com aumento de custo e sem conseguir repassar porque a renda foi para o vina-

EM 2008, QUANDO VEIO A CRISE, LULA SAIU DO TACÃO DO MERCADO. ATÉ ENTÃO ELE ESTAVA PRESO NA IDEIA DO CÂMBIO APRECIADO E DOS JUROS ALTOS

gre. Isso cria o fenômeno da estagflação que vai se repetir o ano que vem também.

– **Você é um crítico severo da imprensa há muitos anos. Mesmo quando estava na *Folha*, você nadava contra a corrente. Agora você lançou “O Caso Veja”. Isso começou em 2008 e lá se vão 13 anos. Você tinha visão otimista, dizia que o país acordaria para o tamanho da burrada em três ou quatro anos. Só que não...**

– Eu sempre me perdi pelo exces-

so de otimismo, viu? No livro “O Jornalismo dos Anos 1990”, eu já criticava essa coisa horrível que é unanimidade e o linchamento que dá margem a toda sorte de manobras. Mas eu terminava o livro falando que com a vinda da internet haveria mais competição e os jornais seriam obrigados a se aprimorar, o que seria a lógica. Você pega os grandes jornais mundiais, para competir com a internet eles aumentam a dose de parte analítica, da qualidade do seu produto. Mas aqui não. Aqui a imprensa conseguiu acabar com o meu otimismo.

A partir de 2005, houve uma mudança radical. A imprensa quebra em 1999... Os anos 90 foram os anos de ouro da imprensa. Nunca se ganhou tanto dinheiro, nunca teve tanto prestígio como após a campanha do impeachment, nunca se teve tanto poder. A tiragem chegou a níveis inéditos na história do país... E fizeram um monte de investimento achando que o crescimento continuaria. Por causa daquela baita crise, os jornais ficaram endividados em dólar e quebraram. Ao mesmo tempo, a internet ganhou dimensão e o poder de negócio da mídia passou a ser questionado. Aí em 2005 vem aquela maluquice, o Roberto Civita vem dos EUA e traz o modelo Murdoch: Vamos apostar na ultradireita. Murdoch fez isso e conseguiu a maior audiência de TV a cabo lá que era a Fox News. Ele ganhou poder político, se tornou o cara mais influente do Partido Republicano. Com o poder político que conseguiram, mais a audiência, Civita pensou, vamos ser o poder político e usar a Presidência para segurar a invasão, e não é das FARC e do bolivarianismo, mas das empresas de telefonia no começo e depois das redes sociais. E aí toda a mídia fez essa aposta maluca.

Acontece que nos EUA você tinha “anticorpos” para a Fox News



O OCASO DE VEJA: Luís Nassif lançou livro recentemente e denuncia que a revista deu a guinada em 2005, quando Roberto Civita veio dos EUA e de olho no modelo de Murdoch, apostando na ultradireita. E toda a mídia fez a aposta

que eram CNN, *Washington Post*, *New York Times*. Mas aqui, não. No Brasil tudo virou uma grande Fox News e assim começou-se a desarrumar todo o sistema de informação e análise do país.

– Desarranjou tudo, né?

– O Supremo passa a ter ministros que querem reescrever a Constituição nos seus votos. O Ministério Público passa a ser pautado diariamente pela imprensa. A política passa a ser exorcizada. E com os mesmos recursos que continuam usando agora. Você pega episódios pontuais de corrupção da Petrobrás e diz que aquilo é generalizado. Todos esses recursos para criar unanimidade foram utilizados e, com todo mérito da CPI da Covid, continuaram sendo utilizados.

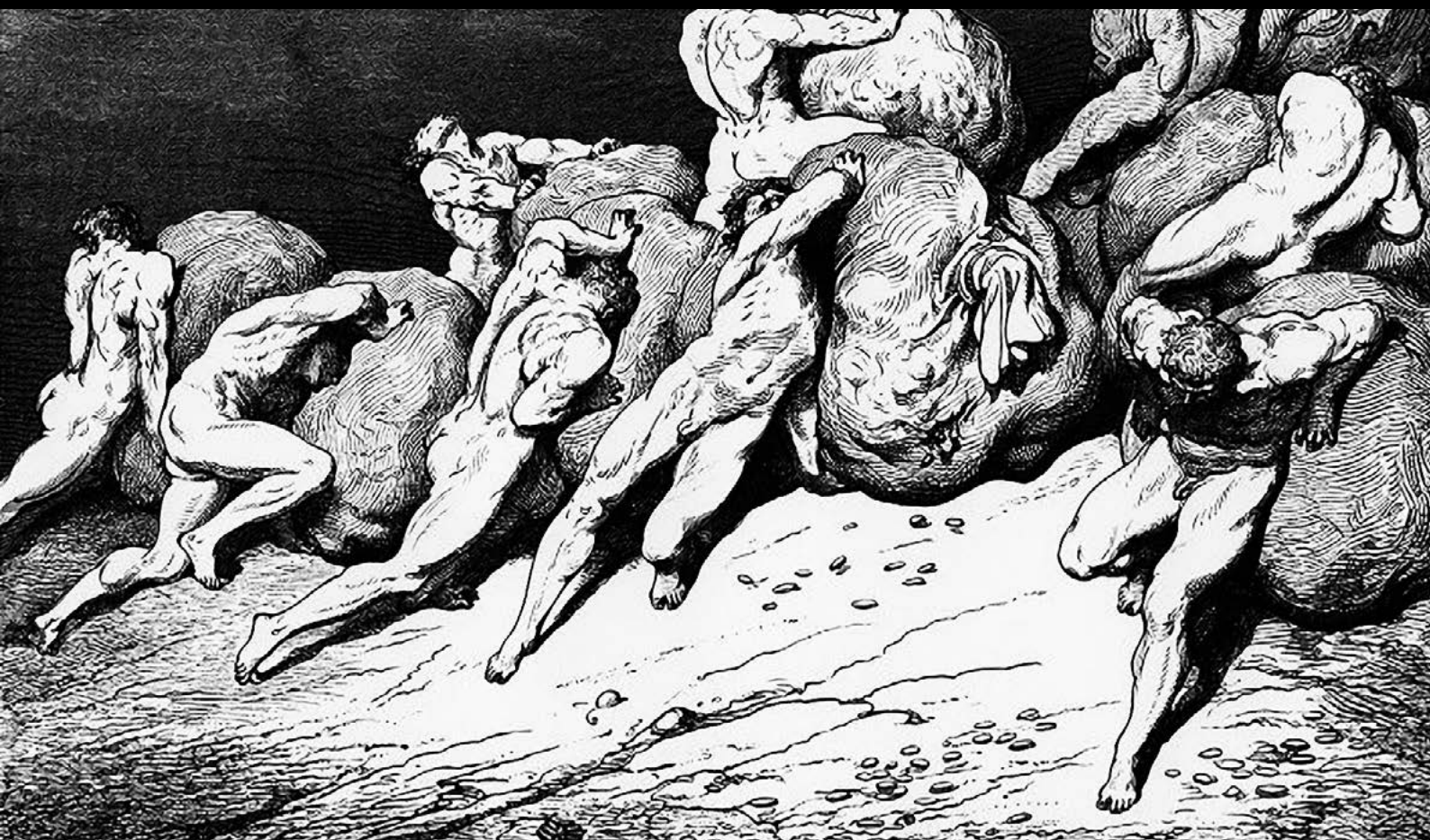
Desarrumaram todas as instituições brasileiras e tudo em cima de discurso de ódio, de mirar um inimigo e ter que destruir esse inimigo. Acaba com o debate político embaixo das instituições. O objetivo é liquidar o inimigo. E o que está acontecendo hoje é a

volta da curva. Apesar de Bolsonaro e tudo, hoje o clima é menos pesado do que foi em 2013, 2014 e 2015. Eu fui ameaçado na rua várias vezes. Se você saísse com uma camiseta vermelha, você era ameaçado. O que eles fizeram de destruir pessoas com aquele discurso de ódio, destruir professores que defendiam redução de danos na política de drogas.

Atuavam como grandes perfis de redes sociais, criavam mentiras aqui e jogam nas redes com discurso de ódio. Com isso potencializam as denúncias e ganham seguidores contra os inimigos. Isso ocorre ao mesmo tempo em que o Lula leva o PT para a social-democracia, o PSDB fica sem discurso e vai a reboque da mídia. Então, a mídia pautou os partidos políticos nesse período todo, pautou o Judiciário, o Ministério Público e com discurso de ódio. Jornalismo de guerra. E aí chegamos ao Bolsonaro. Era a lógica.

– Quer dizer, a mídia brasileira ajudou a prejudicar a democracia?

– Totalmente. É a principal responsável. Você tinha na época lá, quando começou esse discurso de ódio que começa na Veja com um rapaz que foi meu contemporâneo lá atrás, o Tales Alvarenga. Ali foi o primeiro sinal. E aí você descobre um outro componente forte que é o preconceito social que surge inicialmente através do programa do Jô Soares e o Arnaldo Jabor. Eles começam com o preconceito social, mas quando deflagra o processo eles param e entram pessoas com muito mais condição de baixaria como os influencers e tudo. E a mídia achando que controlava a manada, quando percebe, vem a Lava Jato. Essa foi o primeiro movimento autônomo de rede social. Tinha Twitter, WhatsApp. Os lavajatistas se organizaram e começaram a ganhar consistência. Aí vem o bolsonarismo com assessoria profissional do Steve Bannon e toma conta. E todo o instrumental que a mídia usava contra os adversários passa a ser utilizado pelos bolsonaristas contra a mídia. Vivemos tempos bicudos. •



DANAÇÃO ETERNA No quarto círculo do inferno, os gananciosos são condenados a empurrar pedras para sempre

O FIM DOS PARAÍÇOS FISCAIS?

Na Divina Comédia de Dante, os avarentos e esbanjadores, assim como os fraudadores, têm lugar garantido nos círculos do inferno. Na vida real, quem esconde dinheiro fora do país não é sequer importunado. Mas Thomas Piketty insiste que é chegada a hora de mudar o sistema fiscal global

O escândalo dos Pandora Papers revelou ao mundo como a riqueza secreta e os negócios de 35 líderes mundiais, além de políticos e bilionários expostos em um dos maiores vazamentos de documentos financeiros já ocorridos na história mundial. Ainda há mais de 300 funcionários públicos de diversas nações que surgem nas empresas offshore. Os paraísos fiscais são aqueles países que não tributam renda ou que têm alíquotas demasiadamente baixas, oferecendo

vantagens a cidadãos estrangeiros que buscam pagar menos impostos e ter seu anonimato protegido. O que todos têm em comum? Eles sonégam impostos. Tiram dinheiro que deveria ser direcionado para as melhorias da Nação e do povo.

Na Divina Comédia, de Dante Alighieri, avarentos e esbanjadores são alojados no quarto círculo do Inferno. Já os fraudadores estão comprometidos a serem açoitados pela eternidade no novo círculo das profundezas do Reino de Satanás. Dos líderes políticos do mundo e altos servido-

res públicos, poderia-se esperar que viessem a público para explicar como entraram no esquema de sonégam impostos. O advogado Alfred Lortat-Jacob resume bem o que acontece: "Estamos testemunhando uma espécie de globalização da fraude".

Nos papéis de Pandora, estão, entre muitos líderes, o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, os presidentes do Chile, Sebastián Piñera, e do Equador, Guillermo Lasso, bem como da República Dominicana, Luis Abinader. A papelada soma 11,9 milhões de arquivos, distribuídos em 2,94 te-



SEM FOCO Guedes e Campos Neto terão de se explicar ao Congresso. O ministro diz que se afastou da empresa, em nome da mulher e da filha

rabytes de dados. O líder chileno já está sendo investigado após revelações de negócios chegarem ao conhecimento do Ministério Público. A oposição exige a demissão do presidente, que está em fim de mandato. Como reação, Piñera aumentou a repressão e declarou estado de sítio contra a comunidade indígena mapuche. No Equador, Lasso será investigado pelo Congresso. Ele assumiu o cargo em maio.

Na Europa, o escândalo rendeu dores de cabeça ao líder tcheco Andrej Babis e ao ministro holandês Wopke Hoekstra. Ambos também fizeram investimentos em paraísos fiscais. O partido de Babis perdeu na semana passada a eleição por curta margem para uma coligação de conservadores e liberais. O resultado inesperado surge depois dos escândalo revelar as offshores de Babis. Na Holanda, o ministro das Finanças, que se opôs à resposta solidária à pandemia, foi flagrado pelos Pandora Papers. Ele investiu mais de 26 mil euros num paraíso fiscal. Uma bagatela perto de políticos e altos funcionários públicos da América Latina.

Do Brasil, claro, figuram duas autoridades responsáveis pela condução da política econômica e monetária: o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto

Campos Neto. Não estão sozinho. Segundo o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, que trouxe o escândalo à tona, o Brasil é o quinto país com o maior número de pessoas citadas no Pandora Papers.

A imprensa brasileira faz de conta que não tem conhecimento da bomba, escondendo-a em pequenas notas distribuídas nos jornais nas últimas semanas. A denúncia não rendeu sequer uma manchete. Mas Guedes e Campos Neto terão de prestar esclarecimentos no plenário da Câmara. O que todo mundo quer saber é por que ambos têm dinheiro fora do país?

Explicações

Flagrado no esquema, Guedes demorou seis dias para se pronunciar, mas ainda não deu explicações. Limitou-se a dizer que está tudo na legalidade. E que se afastou da empresa, em nome da mulher e da filha. Ele tem depoimento marcado para terça, 19, na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. O procurador-geral da República, Augusto Aras, também decidiu-se pela abertura de uma investigação preliminar sobre os investimentos no exterior do ministro e do presidente do BC.

O mundo começa a discutir o que fazer para pôr fim à farrada dos paraísos fiscais, que atraem

investimentos, dinheiro sujo da corrupção, do tráfico de drogas e da venda de armas, entre outros negócios suspeitos – além, claro, dinheiro da corrupção. Chegou a hora de agir, defende o economista Thomas Piketty, em artigo publicado no jornal francês *Le Monde*. “Ao renunciar a qualquer ambição em termos de soberania fiscal e justiça social, não fazemos senão encorajar o separatismo dos mais ricos”, denuncia.

Ele diz que os líderes das Nações precisam começar a discutir uma modernização da legislação tributária de cada país. “O problema básico é que continuamos, no início do século 21, a registrar e a tributar os bens apenas com base nas propriedades imobiliárias, utilizando os métodos e cadastros estabelecidos no início do século 19”, lamenta. “Se não criarmos os meios para mudar este estado de coisas, os escândalos vão continuar, com o risco de uma lenta desintegração do nosso pacto social e fiscal e a inexorável ascensão do cada um por si”.

A tese pode parecer exagero, mas nos últimos seis anos, revelações de contas secretas em refúgios fiscais em outras nações ocorreram sem que houvesse qualquer mudança. Em 2014, foram os “LuxLeaks”. Dois anos depois, vieram à tona os “Panama Papers”. Depois, em 2017, os “Paradise Papers”. Agora, são os Pandora Papers. Todos esses vazamentos mostraram como os mais ricos em cada nação continuam a sonegar impostos.

“Ao contrário do que por vezes se afirma, não há indicador fiável que nos permita afirmar que a situação melhorou nos últimos dez anos”, diz Piketty. “Antes do verão, o site ProPublica havia revelado que os bilionários americanos quase não pagavam impostos em comparação com seu enriquecimento

e com o que paga o resto da população”, aponta.

Ele diz que os “Pandora Papers” indicam que os super-ricos conseguem evitar os impostos sobre seus imóveis, transformando-os em títulos financeiros domiciliados offshore. Foi isso que fez Tony Blair e sua esposa, ao adquirirem uma casa de 7 milhões de euros em Londres – evitando pagar 400 mil euros. Foi também com essa estratégia que o primeiro-ministro tcheco conseguiu comprar vilas na Côte d’Azur, controladas por meio de empresas de fachada.

Tributar, já

E o que fazer? Piketty abre o debate: “A prioridade deveria ser o estabelecimento de um cadastro financeiro público e a tributação mínima de todos os patrimônios, nem que seja para produzir informações objetivas sobre eles”. Segundo o economista, cada país pode mover-se imediatamente nesta direção, exigindo que todas as empresas detentoras ou operando bens em seu território divulguem a identidade de seus titulares e os tributem de modo transparente e da mesma forma que os contribuintes comuns.

O economista francês é autor dos livros “O Capital no Século 21”, “Capital e Ideologia” e “Tempo para o socialismo: despachos de um mundo em chamas, 2016-2021” – a ser publicado no próximo dia 26. Este último traz ensaios que lidam com as grandes questões de nosso tempo, desde a ascensão do Trumpismo e do Brexit à desigualdade de gênero e tributação da riqueza”. A obra é precedida por um extenso ensaio introdutório, no qual Piketty argumenta que chegou a hora de apoiar uma concepção inclusiva e expansiva do socialismo como um contrapeso contra o hipercapitalismo que define nossa ideologia econômica atual.



AGIR AGORA Thomas Piketty propõe que os países criem um cadastro financeiro público e promovam uma tributação mínima sobre o patrimônio

Fergus Shiel, do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês), também se mostra assustado com a escala das transações financeiras realizadas pelas offshores. “Nunca houve nada nessa escala e isso mostra a realidade do que as empresas offshore podem oferecer para ajudar as pessoas a esconder dinheiro duvidoso ou evitar impostos”, aponta. Os milionários, explica, estão usando os fundos offshore para comprar centenas de milhões de dólares em propriedades em outros países e para enriquecer suas próprias famílias, às custas dos cidadãos.

O fato de autoridades como Paulo Guedes e Roberto Campos Neto terem mantido suas contas offshore em paraísos fiscais revela muito como a elite financeira e empresarial do Brasil lida com dinheiro. Todo mundo sonega. Ou faz “planejamento tributário”. Pela legislação brasileira, ter uma offshore não é crime, desde que o saldo seja declarado à Receita Federal.

Mas, no caso do ministro da Economia e do Banco Central, a situação é distinta. De acordo com o Código de Conduta da Alta Administração Federal, funcionários públicos do alto escalão não podem manter investimentos no Brasil ou no exterior que possam ser afetados por

decisões que eles venham a tomar em seus cargos. A vedação é para evitar conflitos de interesse. A deputada Natália Bonavides (PT-RN) aponta o claro conflito estabelecido.

Guedes e Campos Neto fazem parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável por emitir resoluções sobre temas relacionados a ativos mantidos no exterior. Além disso, os dois têm acesso a informações sensíveis relacionadas a flutuações nas taxas de câmbio e variação nas taxas de juros. De acordo com o ICIJ, o ministro aparece como dono de uma offshore nas Ilhas Virgens Britânicas, conhecido paraíso fiscal.

A empresa de Paulo Guedes tinha um saldo de US\$ 8 milhões em 2014. Em janeiro de 2019, quando assumiu o cargo de ministro da Economia, a empresa tinha saldo de US\$ 9,5 milhões. Neste período, a desvalorização do real levou Guedes a embolsar nada menos que R\$ 14 milhões. Sem precisar sequer promover investimentos. Sua política de desvalorização do real é um dos responsáveis diretos pela atual crise econômica. Mas Guedes está mais rico. Assim como Campos Neto. No Inferno de Dante, ambos se revezariam entre o quarto e o oitavo círculos. Curtindo as labaredas e os castigos. Mas isso só quando morrerem. •

REDUZIR AS DESIGUALDADES

Num país em que o 1% mais rico detém 50% da renda, a reforma do imposto de renda não pode ser instrumento para pretensões eleitorais de curto prazo. Precisamos mudar a lógica e alterar as diferenças de tratamento entre ricos e pobres

Paulo Rocha

O projeto de lei do imposto de renda, aprovado na Câmara, merece uma profunda discussão no Senado Federal. O governo pretende utilizá-lo como fonte de compensação pelo aumento da despesa devido ao programa Auxílio Brasil, mas esta é uma questão puramente contábil.

Como a perda de receita em função da proposta de imposto de renda não é classificada pela Lei de Responsabilidade Fiscal como renúncia, não precisa ser compensada. O que resta? Uma espécie de "saldo jurídico" positivo em função das medidas que ampliam a arrecadação. Nos termos atuais, o projeto do Imposto de Renda reduz a arrecadação federal em mais de R\$ 50 bilhões nos próximos anos.

Entre as medidas que reduzem a arrecadação, está a correta ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para R\$ 2.500, o que aumentará a renda disponível das famílias, estimulando o consumo. Por outro lado, a queda da arrecadação se deve também à expressiva redução da tributação sobre as empresas, que passaria de 34% para 26%.



Diversos estudos mostram que a redução de tributos sobre as empresas não tem efeitos relevantes ao crescimento econômico. Por outro lado, a medida afeta o caixa da União, mas também de estados e municípios e, em última instância, reduz receitas que financiam serviços públicos de educação e saúde.

Parcela da redução do imposto sobre as empresas seria compensada pela reoneração de bens e serviços. Aqui reside outro problema do projeto de lei: quase metade da carga tributária no Brasil incide sobre o consumo, prejudicando os mais pobres. Ampliar a tributação sobre bens e serviços como meio para compensar a queda do imposto de renda onera, por exemplo, medicamentos.

Daí o motivo do fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio e da isenção da tributação de dividendos distribuídos às pessoas físicas serem essenciais. No Brasil, segundo os dados da Receita Federal, a alíquota efetiva do imposto de renda das pessoas físicas é menor para os super-ricos, girando em torno de 2% para os que ganham mais de 320 salários mínimos mensais. Em boa medida, isso se deve aos rendimentos isentos, principalmente aos dividendos distribuídos.

No entanto, na Câmara, houve redução da alíquota incidente sobre dividendos de 20% para 15%. Além disso, o projeto prevê diversas hipóteses de isenção que, combinadas à redução do IRPJ, estimularão a "pejotização". Ou seja, menos carteiras assinadas e menos direitos para trabalhadores e trabalhadoras.

Ainda em relação ao imposto de renda da pessoa física, a proposição não altera a alíquota marginal máxima, de 27,5%, muito abaixo da média da OCDE.

Enfim, o projeto do imposto de renda requer diversos aperfeiçoamentos. Em sua versão atual, há dúvidas acerca de seus impactos em relação à progressividade. Além disso, estimula a pejotização por meio do tratamento diferenciado entre a tributação do capital e do trabalho e afeta negativamente as contas de entes subnacionais.

Num país em que o 1% mais rico detém 50% da renda, a reforma do Imposto de Renda não pode ser um instrumento para pretensões eleitorais de curto prazo. Ela deve avançar na agenda da progressividade tributária, garantindo recursos para financiar serviços públicos e um programa estrutural de transferência de renda, financiado pela tributação sobre os super-ricos. •

Senador eleito pelo estado do Pará, é o líder do PT no Senado.



A FOME AVANÇA E AS FAVELAS CRESCEM

Vinte milhões de brasileiros estão passando fome. E a adoção da agenda do arrocho e da fome está ampliando a desigualdade social. O ex-presidente Lula denuncia: “Isso é resultado direto da mentalidade escravista das elites”

A adoção da agenda neoliberal pelos governos que sucederam Dilma Rousseff ampliaram a desigualdade social brasileira e está acelerando o aumento da fome e da pobreza. Levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), divulgado na quinta, 14, revela que o total de favelas no Brasil país, dobrou em dez anos e que nada menos que 20 milhões estão passando fome.

O número de famintos no país é igual à população do Chile. Este é o número de brasileiros que declararam passar 24 horas ou mais sem ter o que comer em alguns dias da semana. Mais 24,5 milhões não têm certeza de como se alimentarão no dia a dia e já reduziram quantidade e qualidade do que comem. Outros 74 milhões vivem inseguros sobre se vão acabar passando por isso.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu indignado ao terrível quadro social que o país enfrenta. Na sexta-feira, 15. du-

rante o encontro dos movimentos do campo, das florestas e das águas: pela Vida e Contra a Fome, na Casa de Portugal, no centro de São Paulo, ele reafirmou que a volta da fome ao país “é resultado da mentalidade escravista” das elites brasileiras.

Ele também responsabilizou diretamente as reformas aplicadas desde o governo golpista de Michel Temer, aprofundadas por Jair Bolsonaro. “A gente pode produzir o que quiser, mas se o povo não tiver dinheiro, não come”, lamentou. “Estamos falando apenas de



Ricardo Stuckert

DIAS DUROS Lula disse em evento que o povo tem fome de dignidade

fome de comida. Mas temos muitas outras fomes. Nós temos fome de desenvolvimento, fome de emprego, fome de saúde, fome de fraternidade, fome de saneamento básico, fome de paz, fome de democracia. E, sobretudo, a fome de dignidade”, disse.

O levantamento da Rede Pensar aponta que mais da metade (55%) dos brasileiros sofreu de algum tipo de insegurança alimentar – grave, moderada ou leve – em dezembro de 2020. O estudo, conduzido pelas pesquisadoras que validaram no país a Escala Brasileira de Segurança Alimentar usada pelo IBGE, procurou dar sequência a levantamentos do órgão estatal, feitos a cada quatro anos, como anexo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Realizada em 1.662 domicílios urbanos e 518 rurais, a pesquisa trouxe números antes do repique inflacionário dos últimos meses, que deve ter agravado o quadro. Em setembro, o índice de difusão do IPCA para alimentos, que mostra o percentual de itens com aumentos, estava em 64%. Em 2019, quando a inflação equivalia a menos da metade da atual, a difusão nos alimentos era de 50%.

Dados do IBGE mostram que a insegurança alimentar caía no Brasil desde 2004, mas voltou a subir em todas as suas formas a

partir da recessão de 2015-2016, e foi agravada após a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República, em maio de 2016. Desde então, com o Brasil atravessando uma crise fiscal aguda, a pandemia e o governo Bolsonaro deteriorando expectativas com arroubos autoritários, o crescimento da economia foi medíocre. Nesse cenário, a criação de empregos informais e pior remunerados prevalece e achatou a renda dos mais pobres. Em seus domicílios, quase toda a renda é gasta em alimentos, transporte e moradia.

Desde 2014, segundo a FGV Social, o rendimento domiciliar real per capita do trabalho caiu de R\$ 249 mensais para R\$ 172, em média, na metade mais pobre do Brasil. Como trata-se só da renda do trabalho, muitos desses domicílios podem ter outros rendimentos, como da Previdência ou do Bolsa Família – mas a queda dá a dimensão do aperto orçamentário dos últimos anos.

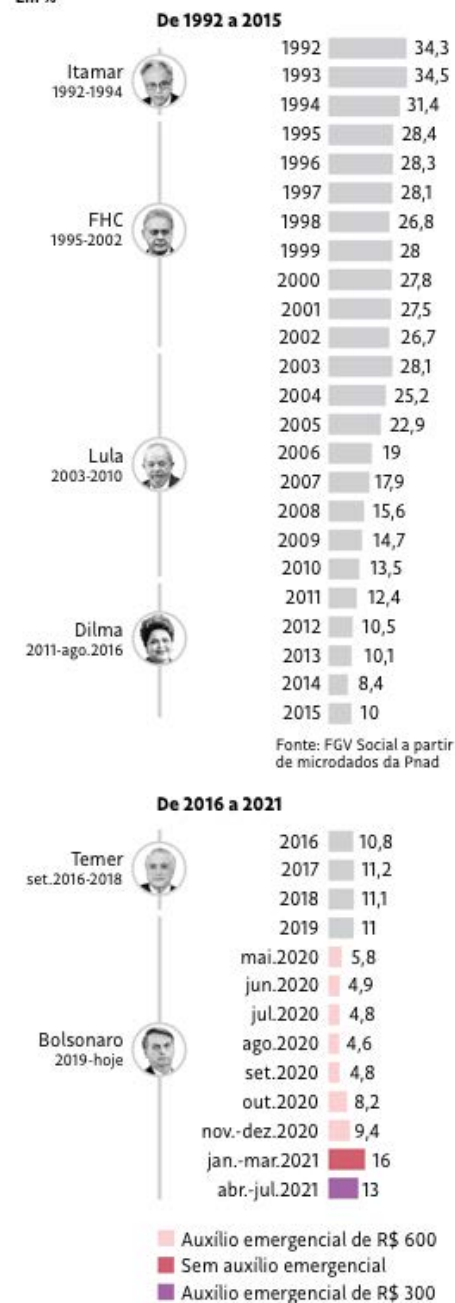
Além do aumento na insegurança alimentar, o alto desemprego e a queda da renda nos últimos anos fez explodir o número de favelas no Brasil. Em dez anos, mais que dobraram. Segundo estimativa do IBGE, o total de “aglomerados subnormais” (favelas, palafitas, etc.) saltou de 6.329 em 323 municípios para 13.151 em 734 cidades de 2010 a 2019. Caracterizadas por padrão urbanísti-

co irregular e falta de saneamento básico, as moradias nessas condições aumentaram de 3,2 milhões para 5,1 milhões no período.

No encontro da sexta com movimentos sociais, Lula disse que o quadro atual é dramático. “Sou velho, estou falando do passado. Deveria estar falando do futuro. Mas essa gente que cassou a Dilma falando em fazer a ‘ponte para o futuro’, olha a ponte que nos deram: um purgatório. Essa gente faz autocrítica? Não, eles querem a continuidade disso”, ressaltou. •

Evolução da miséria no Brasil

Proporção na extrema pobreza Em %*



*Renda domiciliar per capita até R\$ 261 a preços de hoje
 Fonte: FGV Social a partir dos microdados harmonizados da PnadC e da Pnad Covid/IBGE



Reprodução

O BRASIL NA FILA DO OSSO

Mais de 40% dos grãos mundiais são dados para os animais na produção industrial de carne. Num mundo com 690 milhões de pessoas subnutridas, de acordo com a FAO, a redução consciente do consumo de carne não é mais um projeto utópico. É questão de sobrevivência

Vanessa Negrini



As imagens de brasileiros mendigando osso na fila de frigoríficos é o retrato de um Brasil que volta ao Mapa da Fome, arrasado pelo regime bolsonarista e pela Covid-19. Essas questões têm sido

importantes. É um setorial que luta pela vida das pessoas e de todos os animais, pois direitos

centrais nos debates dos encontros setoriais em 13 estados do recém-criado Setorial de Direitos Animais do PT. Não se trata de um setorial para tratar apenas de cães e gatos, embora também sejam humanos e direitos animais estão conectados.

Com quase 600 mil mortos pelo coronavírus no país, é preciso lembrar que essa doença é uma zoonose, fruto da exploração predatória do ser humano contra o meio ambiente e as outras formas de vida, fruto das nossas escolhas por um modelo de produção que viola os direitos animais e favorece a propagação de doenças.

Relatório da ONU de 2013 já indicava que ao menos 70% das enfermidades que apareceram a partir da década de 40 tiveram origem na exploração animal. A expansão agrícola e a interatividade entre animais humanos e não humanos fizeram com que novas doenças surgissem e se disseminassem rapidamente, como o HIV-1, doença da vaca louca, síndrome respiratória aguda grave, gripe suína, gripe aviária. A Covid-19 é mais um capítulo dessa trágica história, que nos mostra que quando violamos os direitos animais, os humanos também acabam vitimados.

O biólogo evolucionista Rob Wallace, que já foi consultor da ONU e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças Infecciosas dos Estados Unidos, explica que em condições normais, há um limite natural para a virulência de patógenos. Afinal, se você for um patógeno, não vai querer matar seu hospedeiro antes de infectar o próximo, ou isso destruiria sua própria cadeia de transmissão.

Mas quando o patógeno percebe que o próximo hospedeiro está chegando cedo demais, ele pode se tornar virulento à vontade. É exatamente isso que a indústria capitalista da produção animal proporciona. Desde a década de 70, a produção pecuária intensiva se espalhou pelo planeta. São bilhões de aves, bois, porcos amontoados, produzidos em monoculturas, compartilhando raça, idade e sistema biológico, numa ecologia quase perfeita para a evolução de várias cepas virulentas.

Para além do sofrimento animal e riscos para a saúde humana, a pecuária industrial contribui para uma redução de oferta global de água e alimentos, considerando a baixa taxa de conversão alimentar. É pre-

ciso gastar muito alimento, o qual poderia nutrir diretamente vários humanos, para produzir um pouco de carne. Para cada quilo de proteína animal produzido, os animais consomem em média seis quilos de proteína vegetal proveniente de grãos e forragem, além de 15 mil litros de água.

Mais de 40% dos grãos mundiais são dados para os animais na produção industrial de carne. Num mundo em que antes da

PARA CADA QUILO DE PROTEÍNA ANIMAL PRODUZIDO, ANIMAIS CONSUMEM SEIS QUILOS DE PROTEÍNA VEGETAL E 15 MIL LITROS DE ÁGUA

pandemia quase 690 milhões de pessoas estavam subnutridas, de acordo com a FAO, a urgência de se discutir a redução consciente – não aquela provocada pela miséria das pessoas – de consumo de carne não é mais um projeto utópico de quem ama os animais. É questão de sobrevivência para todos os humanos.

A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, durante o seminário inaugural do Setorial de Direitos Animais do PT, afirmou corretamente que “a nossa luta por

uma sociedade melhor, onde não haja explorados nem exploradores, que haja justiça entre a humanidade, ela prescinde também de uma luta para que a gente no futuro possa ter com certeza a libertação dos animais”.

A questão animal será destaque nas eleições de 2022. Cada vez mais, a sociedade se preocupa e reivindica os direitos animais. Em 40% dos lares brasileiros há pelo menos um cão, e em 19% tem pelo menos um gato. E 14% dos brasileiros são veganos ou vegetarianos, um universo de 30 milhões de pessoas que decidiram mudar sua alimentação e estilo de vida em respeito aos animais. De forma que é preciso ouvir o que 30 milhões de pessoas estão falando: precisamos tratar os animais de forma digna, precisamos priorizar um sistema de alimentação que preserve o meio ambiente, os direitos animais e a saúde humana.

As soluções passam pela valorização de pequenos agricultores, da agricultura familiar e orgânica, livre de agrotóxicos, pela educação pelos direitos animais e ambientais. Mas passam também pela possibilidade de o PT inovar, tornando o Brasil um país líder internacional em agricultura celular, onde já é possível produzir carne em laboratório, sem matar nenhum animal. Israel já inaugurou a primeira fábrica do gênero, mas o PT pode fazer com que o Brasil lidere este mercado, ao passo que reduz a emissão de metano, o uso da água e da terra, previne novos surtos virais e liberta do sofrimento bilhões de animais. •

Coordenadora do Setorial de Direitos Animais do PT, é mestre e doutora em Políticas de Comunicação e Cultura, coordenadora executiva do Núcleo de Estudos sobre Direitos Animais e Interseccionalidades da UnB e primeira suplente de deputada federal pelo PT do Distrito Federal



OS ONZE CRIMES DE BOLSONARO

Relatório da CPI da Covid vai pedir indiciamento do presidente, dos filhos, do ex-ministro da Saúde e outras autoridades. Ao menos 40 estarão citados. Relatório será votado nesta semana

Na reta final da CPI da Covid, o Brasil terá apontada a responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro pelas 600 mil mortes que marcaram a pandemia da Covid no país. O relator de Renan Calheiros (MDB-AL), anunciou na sexta-feira, 15, que pretende indicar ao menos 11 tipos penais para o indiciamento do líder da extrema-direita brasileira. Há expectativa é que o relatório seja duro e taxativo ao responsabilizar diretamente o presidente, seus filhos e outras autoridades do governo.

Bolsonaro responderá pelos crimes de promoção da epidemia com resultado de morte, infração de medidas sanitárias, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documento, charlata-

nismo, prevaricação, genocídio de indígenas, crimes contra a humanidade, crimes de responsabilidade e homicídio por omissão. "O presidente da República descumpriu seu dever legal de evitar a morte de milhares de brasileiros durante a pandemia", acusa Renan.

O relatório será lido na terça-feira, 19, e parlamentares esperam que seja votado no dia seguinte. Renan adianta que o relatório final da comissão terá a descrição de cada crime a partir dos fatos caracterizados pelas condutas do presidente. Além de Bolsonaro, ao menos 40 outros personagens envolvidos no enfrentamento da pandemia também serão indiciados. Entre eles está o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o braço direito do general na pasta, Elcio Franco, que também é militar.

Segundo Renan, o relatório vai pedir o indiciamento de Pazuello pelos crimes de epidemia com resultado em morte, incitação ao crime, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, comunicação falsa de crimes, genocídio de indígenas e crimes contra a humanidade. Elcio Franco será indiciado por crime de epidemia, improbidade, prevaricação, entre outros.

De acordo com o relator da CPI, os pedidos de indiciamento serão enviados para a Procuradoria Geral da República quando o autor do crime tiver a prerrogativa de foro especial. Nos demais casos, serão encaminhados para instâncias inferiores do Ministério Público Federal. O senador afirmou que haverá um prazo de 30 dias para que as investigações sejam levadas ao Judiciário, afim de aprofundá-las. •

VOLTA ÀS AULAS: CHEGOU A HORA?



Diante de um governo que negligenciou a condução da pandemia, está ou não está na hora da reabertura das nossas escolas? O ex-ministro Arthur Chioro defende que é preciso cautela e planejamento. E que, em sinal de piora da situação, retroagir imediatamente. Educadores se dividem quanto à medida

Danilo Molina

O retorno das aulas presenciais já é realidade em todos os estados país e no Distrito Federal. Algumas unidades da federação têm adotado o modelo híbrido, que mescla a educação presencial com a educação remota, e outros já anunciaram o retorno obrigatório dos alunos para as salas de aula.

A volta às aulas presenciais tem causado apreensão aos alunos, aos pais, aos trabalhadores da educação e à comunidade escolar. Isso porque já são mais de 600 mil brasileiros mortos pela pandemia de Covid-19. O Brasil figura na 60ª posição do ranking de vacinação no ranking proporcional dos países que aplicaram mais doses por habitante, atrás de diversos países vizinhos como Argentina, Cuba, Uruguai Chile, Equador e El Salvador.

Afinal, diante de um governo que negligenciou a condução da pandemia, está ou não está na hora da reabertura das nossas escolas? Para entender um pouco mais do assunto, o **Focus Brasil** es-

cutou especialistas sobre o tema e trabalhadores da educação.

Ex-ministro da Saúde, Arthur Chioro defende que os indicadores epidemiológicos das últimas semanas indicam consistentemente uma redução da taxa de transmissão, número de novos casos e o número de óbitos. Isso aponta, segundo a experiência internacional, para a possibilidade do retorno de atividades sociais, dentre elas a volta presencial às aulas. Entretanto, o ex-ministro pondera que é preciso que sejam tomadas medidas concomitantes que possam proteger a vida das pessoas.

“Quando a gente pensa nas escolas, nas universidades, no transporte coletivo, sejam nas peruas escolares, sejam nos ônibus, metrô, sejam as aglomerações nas portas das escolas, nos pátios, então, é fundamental que esse retorno seja feito da maneira mais programada, mais planejada, mais preparada e protegida possível”, afirma.

Chioro disse que vê, apesar de existir uma clara possibilidade de retorno das atividades, com muita preocupação a forma com que isso vem sendo adotada por governos

estaduais e por algumas prefeituras. Segundo o ex-ministro, há um padrão variado de respostas, algumas com maior comprometimento, com maior proteção, mas outras que fazem de maneira pouco qualificada e, portanto, perigosa o retorno às aulas.

Médico sanitário, Chioro também lamenta que o processo esteja acontecendo com a campanha de vacinação ainda distante da ideal. “O Brasil já poderia ter uma cobertura vacinal, inclusive dos maiores de 12 anos de idade, suficientemente consistente pra que a gente pudesse fazer este movimento com mais segurança”, opina. “Mas olhando para a experiência internacional, diversos países experimentaram com êxito, desde que assumidamente responsáveis ao ponto de retroagir nas medidas, casos voltem a acontecer novos casos”.

Outra preocupação levantada por Chioro é a necessidade de um grande esforço de capacitação da comunidade escolar, de sensibilização dos alunos, de chamamento à responsabilidade. Para ele, quando há um investimento em educação, as crianças



COBERTURA Ex-ministro Arthur Chioro diz que vacinação está atrasada e governos precisariam reverter medidas em caso de piora da pandemia

e os jovens têm um potencial de transformação, inclusive de hábitos e de costumes dos pais, das famílias e das comunidades “Eu sinto que isso tem sido desprezado. Veja, se vislumbra um retorno das atividades sem um investimento de comunicação de massa, em mídias que as próprias crianças e adolescentes acessam, portanto, se desperdiça uma grande oportunidade”, pontua.

Já o médico Daniel Becker, membro do comitê científico da Prefeitura do Rio de Janeiro para enfrentamento da Covid, criticou o fato de o Brasil ter mantido as escolas fechadas por tanto tempo. Para ele, a reabertura as atividades presenciais deveriam ter ocorrido há um ano.

“O que acontece é que, desde o início, a ciência mostrou que as escolas eram lugares mais seguros que qualquer outro e nós invertemos essa equação”, lamenta. “Deixamos as escolas fechadas e mantivemos outros lugares perigosos abertos, como shoppings, lojas, cabelereiros, academias, restaurantes e bares. Permitimos até festas. O que é mais perigoso para a transmissão foi mantido e as escolas que são as mais seguras foram fechadas”, afirmou.

Becker avalia que os colégios

são seguros quando obedecem a protocolos mínimos de segurança, com ventilação adequada, álcool gel e água e sabão nos banheiros, professores e funcionários de máscaras, assim como crianças acima de 2 anos. Outra medida importante seria dividir as turmas para haver um distanciamento maior.

“A ciência mostrou seguidas vezes, de forma praticamente unânime a segurança das escolas. Não existe risco zero, mas a escola é um dos lugares de mais baixo risco e quando você olha para o outro lado da equação, do o que as escolas fechadas provocaram na sociedade brasileira, é uma catástrofe”, alerta. “Vivemos um desastre, um crime que vai provocar consequências durante décadas, que vai trazer prejuízos gravíssimos para essas crianças, como já está sendo demonstrado”, explica.

Por outro lado, os trabalhadores da educação têm demonstrado preocupação com o retorno das aulas presenciais, especialmente em razão da falta de condições adequadas. “Enquanto as escolas estavam fechadas, não fizeram as reformas necessárias para garantir a infraestrutura e nem tão pouco deixá-las um ambiente melhor para o pós-pandemia, com janelas e mais bancas para poder dar o

espaço entre os estudantes”, atenta o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo. “Então, como voltar ao 100% do presencial com as salas apertadas, sem ventilação e sem os equipamentos de proteção individual em quantidade suficiente para dar conta do atendimento desse retorno às escolas?”, questiona.

Araújo também afirma que há profissionais com idade avançada, muita gente com comorbidade, outros tantos que convivem com pessoas idosas e que tem doenças crônicas e não podem sair todos os dias de casa. “Não temos equipamentos e nem conexão para fazer um trabalho que atenda a questão presencial, mas também aqueles que não podem ir em atividades presenciais”, explica.

Além disso, o sindicalista lembra que, durante a pandemia, houve um projeto de lei aprovado pelo Congresso para assegurar o repasse de R\$ 13,5 bilhões a estados e municípios garantirem equipamento e conexão a estudantes e a professores. A medida foi vetada por Jair Bolsonaro. “O Congresso derrubou o veto e, agora, o presidente da República recorreu ao Supremo Tribunal Federal para considerar essa lei inconstitucional”, lamenta.

Dirigente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa aponta que, na capital federal, com o retorno das aulas presenciais, já há relatos de um caso diário de pessoas infectadas por Covid-19. E que há registros da doença em 120 escolas.

“É uma situação preocupante. As pessoas estão de uma certa forma tratando com naturalidade a pandemia e há a falsa ideia de que está tudo superado. E isso não é verdade”, pondera. “Não temos juventude vacinada e não

houve investimentos em recursos tecnológicos para escolas, nem durante o período em que estávamos só nas aulas remotas, nem agora para o retorno”.

Ela cobra recursos do governo do Distrito Federal. “É fundamental, tanto para estudantes quanto para a própria escola ampliar o universo da aprendizagem”, argumenta. Rosilene demonstra ainda preocupação com a evasão escolar, principalmente dos alunos excluídos das aulas virtuais por falta de recursos, e dos alunos da educação de jovens e adultos. Reconheceu, ainda, uma defasagem educacional gerada pela pandemia.

“Nossa enorme preocupação, no momento, é do que será feito de fato para que as sequelas que nós já estamos vivendo, embora a pandemia não tenha encerrado, mas já devido à pandemia”, observa. “Há uma defasagem, infelizmente, por mais que todos tenham se empenhado muito, tanto professores, quanto estudantes e suas famílias. Há um prejuízo e a gente não percebe preocupação por parte dos governantes em investir mais, especialmente neste momento, para que a nossa meninada recupere isso e reduza esse prejuízo”, diz.

No ensino superior, o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), reitor Marcus Vinícius David, diz que as universidades têm consciência dos grandes prejuízos acadêmicos e pedagógicos que o processo de interrupção das atividades presenciais gerou. “Estamos debatendo a possibilidade de retorno dessas atividades para que possamos retomar o padrão de qualidade acadêmico das nossas atividades”, avalia.

Ele pontua que a situação é muito diferente no conjunto das 69 universidades. “Existem



APERTO Presidente da Andifes, o reitor Marcus Vinícius David diz que governo cortou orçamento das universidades e agora a crise vai se agravar

universidades que estão nesse processo de retorno gradual um pouco mais avançado, outras com esse processo ainda no início”, explica. “Eu acho que uma característica que é importante destacar é que as universidades estão fazendo isso com todo cuidado, uma preocupação clara com proteção à vida de toda a nossa comunidade, tanto dos trabalhadores e trabalhadoras, quanto dos estudantes, e usando muito esse critério da gradualidade”, argumenta.

De acordo com David, cada universidade tem trabalhado protocolos e planejando a retomada, considerando as condições das suas comunidades e da região em que estão inseridas. Ele recorda que a Andifes organizou um grupo de trabalho que estabeleceu padrões para nortear o retorno das atividades presenciais das universidades, respeitando a autonomia de cada instituição.

O presidente da Andifes criticou duramente o governo Bolsonaro, que promoveu cortes sistemáticos nos orçamentos das universidades. “As perdas orçamentárias desses dois anos só não geraram um caos nas estruturas das universidades justamente porque as universidades estavam

operando de forma remota”, diz. “Mas, a partir do momento que iniciam seus processos graduais de retomada de atividades presenciais, essa crise de financiamento ficará muito evidente”. Ele lembra que a volta às aulas presenciais envolve a retomada da utilização de insumos, a execução de pequenas adaptações de espaço e isso está comprometido pelos cortes promovidos pelo MEC nos últimos anos.

Segundo David, sem a recomposição do orçamento e principalmente uma mudança no projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso para 2022 pode haver o comprometimento do funcionamento presencial das atividades universitárias já no final de 2021 e a partir de 2022.

Por isso tudo, a avaliação é de que atual situação da pandemia permite o retorno das aulas presenciais, desde que respeitadas as recomendações científicas de controle da expansão vírus. Nas palavras do ex-ministro da Saúde: “É preciso ter coragem de fazer o processo de abertura, retorno das atividades muito seguro, mas também de retroagir, de tomar as medidas que forem necessárias para poder interromper a cadeia de transmissão de casos”. •

O LEGADO BRILHANTE DOS NOSSOS EDUCADORES

A homenagem a alguns dos mais inspirados e renomados professores, comprometidos com o Brasil e o seu povo

Divulgação

Alberto Cantalice

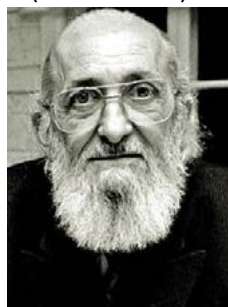
O desmonte da educação começou com a ascensão de Michel Temer ao governo. Jair Bolsonaro e seus sequazes têm como objetivo a continuidade do aprofundamento da destruição. Neste 15 de outubro, comemora-se o Dia do Professor.

Em respeito a uma das mais importantes profissões do mundo, e daquelas brasileiras e brasileiros que, com seu conhecimento, genialidade e dedicação contribuíram para a construção do sentimento de Nação e pertencimento do povo brasileiro, relembramos o papel histórico de 12 figuras da educação.

Estão no panteão dos heróis nacionais. São educadores que pelas suas obras e seu engajamento na construção de um Brasil mais justo solidário e humano, exigem de nós o reconhecimento e o prosseguimento de suas lutas e ideais.

Paulo Freire (1921-1997) –

Educador e filósofo pernambucano, considerado o patrono da educação brasileira, é autor de dezenas de livros, ensaios e programas. Seu livro “Pedagogia do oprimido” foi traduzido para mais de 40 línguas, tornando-o um dos escritores brasileiros mais lidos no mundo. Ex-secretário de Educação de São Paulo no governo Erundina. Seu método educativo é reconhecido mundialmente.



Lélia Gonzalez (1935-1994) –

Professora, filósofa e antropóloga mineira tem uma significativa contribuição no sentimento e construção do negro e principalmente do femi-



nismo negro brasileiro. Fundadora do MNU é autora de várias obras, entre as quais “Por um feminismo afro-latino-americano”, seu legado tirou do armário a questão racial e foi precursor da discussão que se trava hoje no Brasil: o racismo estrutural.

Darcy Ribeiro (1922-1997) –

Considerado o grande antropólogo brasileiro, o mineiro foi o fundador da UnB e ministro-chefe da Casa Civil de João Goulart, além de senador pelo PDT.



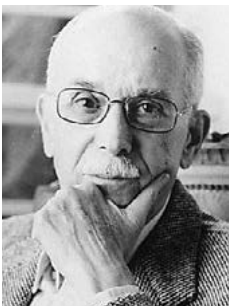
Profundamente comprometido com a educação em seus variados níveis, foi um dos idealizadores, junto com Leonel Brizola e Oscar Niemeyer, do programa dos CIEPs, no Rio de Janeiro. É um dos grandes estudiosos da questão indígena brasileira, ajudou a desvendar o sentimento de brasilidade com sua obra “O povo brasileiro”.

Maria Yedda Linhares (1921-2011) – A historiadora cearense foi uma das intelectuais mais preocupadas com a educação básica e fundamental



e sua importância na construção do futuro da Nação. Desenvolveu na antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, o projeto de formação histórica para professores do segmento inicial do ensino. Foi secretária de Educação no governo Brizola, onde construiu 750 escolas.

Antônio Candido (1918-2017) – O sociólogo carioca radicado em São Paulo é considerado o principal crítico literário do país. Professor da USP, foi o idealizador do “Suplemento Literário”, em 1956, publicado pelo Estadão. Autor de “Formação da Literatura Brasileira”, foi vencedor de vários prêmios: Camões, Jabuti, Machado de Assis, da ABL e Anísio Teixeira.



Vânia Bambirra (1940-2015) – Cientista social, graduada em economia, a mineira desenvolveu pesquisas e trabalhos sobre a América Latina. Foi professora titular de Relações Internacionais na UnB e é autora de várias obras, entre as quais, “A Revolução Cubana, uma interpretação”. Seu reconhecimento transcende as fronteiras, sendo respeitada em todo o continente.



Milton Santos (1926-2001) – Geógrafo, jornalista e advogado, o baiano se notabilizou como um

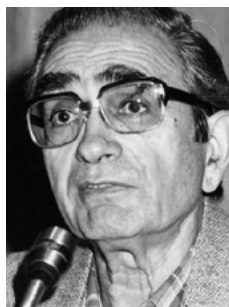
dos principais pensadores da geografia nacional. Foi professor da UFBA e da Sorbonne, em Paris. Autor de várias obras, foi homenageado com o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, sendo o único latino-americano a conseguir tal honraria. Aposentou-se como professor da USP, onde continuou colaborando até o seu falecimento.



Luiza Barrios (1953-2016) – Doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan, a gaúcha foi fundamental no estabelecimento da Lei de Cotas. Profundamente envolvida nas lutas sociais, escreveu ensaios e artigos sobre o racismo e o feminismo. Foi ministra da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade no governo Dilma, sendo também uma das grandes impulsionadoras da inclusão da História da África como disciplina nas escolas brasileiras.



Florestan Fernandes (1920-1995) – Sociólogo e professor, é considerado um dos patronos da Sociologia brasileira. Catedrático na USP, lecionou na Universidade de Columbia e de Toronto. Autor de várias obras, entre elas “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”. Fundador da União Cultural pela Amizade dos Povos, foi deputado constituinte em 1988 pelo PT, notabilizando-se como um dos principais defensores da educação pública.



Nilcéa Freire (1953-2019) – Médica e pesquisadora, a carioca foi professora da UERJ onde foi eleita reitora. Foi na sua gestão que se implementou pela primeira vez a política de cotas. Feminista, foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres no governo Lula, onde realizou a I Conferência Nacional de Mulheres.



Paul Singer (1932-2018) – Economista e professor, o austríaco veio para o Brasil ainda na infância. Naturalizou-se brasileiro em 1954 e construiu uma brilhante carreira como educador. Profundamente identificado com a Economia Solidária, foi o seu grande difusor no Brasil, criando a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. Foi secretário Nacional de Economia Solidária do governo Lula.



Nadir Kfoury (1913-2011) – Assistente social, foi a primeira mulher a ocupar uma reitoria de uma universidade católica. Paulista, foi professora da Escola de Serviço Social da PUC. Assumiu a reitoria por indicação de dom Paulo Evaristo Arns, sendo posteriormente reeleita com o apoio de mais de 7.000 professores, alunos e funcionários. Na invasão do campus pela ditadura, recusou-se a cumprimentar o então secretário de Segurança, Erasmo Dias, com a célebre frase: “Não dou a mão a assassinos”. •





Divulgação

ORÇAMENTO 2022. FICÇÃO OU MÁ-FÉ?

O governo encaminhou uma proposta lei que é uma verdadeira catástrofe para o país: menos investimento, redução de recursos para saúde, educação e combate à pandemia. Além disso, acaba com o Auxílio Emergencial, descarta aumento real do salário-mínimo e não prevê recursos para a ampliação do Bolsa Família

Arlindo Chinaglia



O Orçamento da União é o principal instrumento econômico do governo, em que estão

definidas as ações prioritárias, que afetam a vida da população brasileira. Nele estão previstas as despesas públicas nas áreas da saúde, educação, previdência, assistência social, segurança pública e políticas de proteção social, como o programa Bolsa Família, o seguro-desemprego e o abono salarial. Também estão previstos os investimentos públicos que afetam o

crescimento econômico do país.

Uma leitura da proposta de orçamento apresentada pelo governo Bolsonaro para 2022 (PLOA/22) permite afirmar que se trata de mais uma peça de ficção, má-fé ou uma combinação das duas maldades. As inconsistências são de toda ordem e começam por parâmetros básicos e estruturantes da peça orçamentária, como a previsão de inflação ao final de 2021, o valor do salário mínimo e o crescimento real do PIB para o próximo ano.

Nesse quadro, as previsões de inflação de 5,9% para o Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e de 6,2% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ambos elaborados pelo IBGE, não podem mais ser atingidas nem por milagre. De janeiro a setembro de 2021, os dois índices já superaram a previsão anual. O IPCA acumula alta de 6,90% e, o INPC teve elevação de 1,20% em setembro, acumulando uma elevação de 7,21% no ano.

O INPC corrige a principal despesa do orçamento, os benefícios previdenciários. Um aumento de 1% no INPC significa elevar em R\$ 8 bilhões as despesas do Regime Geral de Previdência Social. E tudo indica que o INPC atingirá um percentual acima de 9% ao final de

2021. Nesse cenário mais realista, as despesas com benefícios previdenciários crescerão entre R\$ 21 e 24 bilhões em relação ao que foi apresentado no Projeto de Orçamento para 2022.

O aumento do INPC elevará o reajuste nominal do salário-mínimo para cerca de R\$ 1.210 e não de R\$ 1.169, como está previsto na proposta, com reflexos também no seguro-desemprego e no abono salarial, sem representar, no entanto, nenhum ganho adicional para os trabalhadores.

Com inflação e juros altos, o PIB não deve avançar além de 1,47% no próximo ano, abaixo dos 2,51% projetados pelo governo. Daí que se pode afirmar, sem margem de erro, que a proposta orçamentária do governo para 2022 é muito frágil. Além dessas inconsistências em termos de projeções econômicas, o governo propõe cortes na saúde e educação, e não inclui recursos para o Auxílio Brasil.

A proposta prevê R\$ 111,2 bilhões para o ensino e R\$ 134,5 bilhões para saúde. Os valores autorizados em 2021 para as áreas da educação e saúde alcançam R\$ 100,1 bilhões e R\$ 178 bilhões, respectivamente. Mesmo usando recursos das emendas parlamentares para consolidar os valores da saúde, ainda assim, em 2022, as verbas serão menores: R\$ 43,5 bilhões a menos.

Na saúde, em comparação com anos anteriores, o montante de recursos constantes do PLOA 2022, de R\$ 7,1 bilhões, destinado para o enfrentamento da pandemia do Covid, no Ministério da Saúde, corresponde a 17% do valor empenhado em 2020 – R\$ 42,17 bilhões – e a 15% do total autorizado até agosto de 2021 para essa finalidade: R\$ 47,08 bilhões.

A educação e o sistema de ciência, tecnologia e inovação vêm sendo objeto de um ataque sistemático desde o primeiro dia do governo Bolsonaro. O orçamento

agregado dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil – FNDCT, CNPq e CAPES – despencou de R\$ 13,97 bilhões, em 2015, para 4,4 bilhões em 2020. Já as universidades e institutos federais vêm sofrendo seguidos cortes orçamentários nos últimos anos, sendo que, em 2021, os investimentos foram cortados em 17,5% e 16,5%, respectivamente.

Para o pagamento do Auxílio Brasil, programa instituído pela Medida Provisória 1.061 em substituição ao Bolsa Família, o PLOA

O PALÁCIO DO PLANALTO VAI PROMOVER UM CALOTE DE R\$ 33,5 BILHÕES EM 2022, DE ACORDO COM O PROJETO DE ORÇAMENTO

2022 prevê R\$ 34,7 bilhões, com o que se espera atender 14,7 milhões de famílias. Não há previsão, portanto, de aumento de valores ou do aumento de famílias beneficiadas. Ao contrário, a previsão do governo é reduzir em 5,3 milhões as famílias hoje atendidas pelo Bolsa Família.

Fragilizando ainda mais a proposta do Orçamento, o total da despesa decorrente de sentenças judiciais, integralmente contemplado na proposta, é de R\$ 89,1 bilhões. Contudo, o Executivo

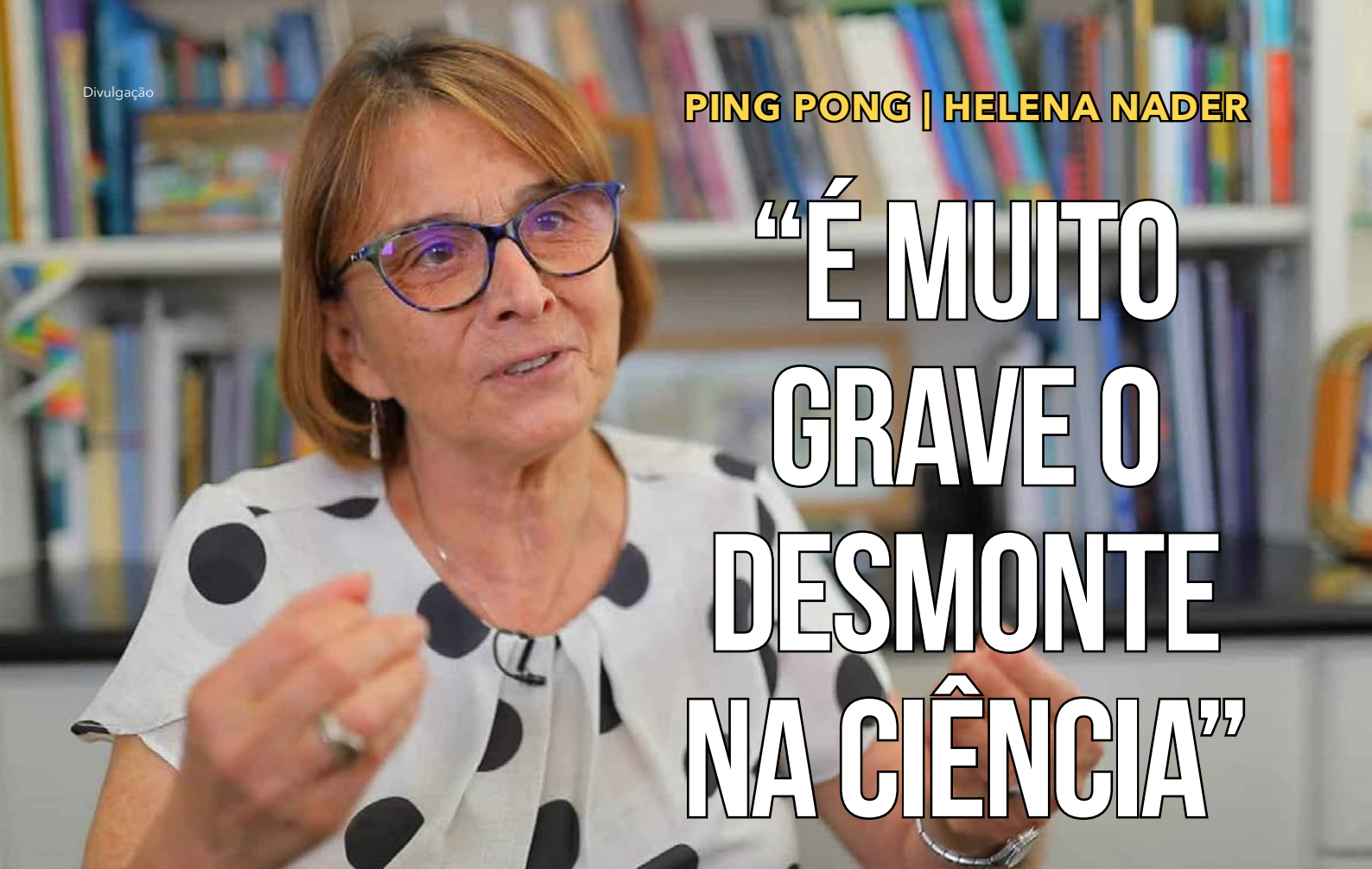
apresentou a PEC 23/2021 com o propósito de alterar a regra de parcelamento dos precatórios de grande valor prevista no parágrafo 20 do artigo 100 da Constituição. Isso vai gerar um calote de R\$ 33,5 bilhões em 2022, de acordo com estimativa do governo, não pagando as dívidas já constituídas.

As despesas com investimentos perfazem o total de R\$ 122,2 bilhões (1,3% do PIB), sendo R\$ 25,7 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 96,5 bilhões no orçamento de investimento das estatais. Destaque-se que houve redução de 28,2% em relação a 2021, cuja previsão de investimento foi de R\$ 170,2 bilhões. É o menor valor histórico.

A proposta do Orçamento 2022 é uma verdadeira catástrofe. Menos investimento, redução de recursos para a saúde, educação e para o combate à pandemia, fim do Auxílio Emergencial e inexistência dos recursos para a ampliação do Bolsa Família, além de promover uma pedalada e aplicar um calote nos precatórios. Isso sem falar que não há previsão de reajuste real do salário mínimo, deixando estagnada a remuneração recebida por grande parte dos trabalhadores.

A cartilha neoliberal, que exige o cumprimento de metas fiscais estabelecidas sem nenhuma aderência à realidade, faz com que o governo construa uma peça de ficção. Essa proposta de má-fé precisa e deve ser alterada pelo Congresso. Cabe ao parlamento garantir a ampliação do Bolsa Família, a recomposição dos recursos da saúde, educação, ciência, tecnologia e inovação, o combate à pandemia e a retomada de investimentos que garantam mais empregos para os brasileiros. •

* Médico, é deputado federal por São Paulo pelo PT e presidente do Parlamento do Mercosul. Foi presidente da Câmara dos Deputados (2007-2009)


 A photograph of Helena Nader, a woman with short brown hair and glasses, wearing a white blouse with large black polka dots. She is speaking and gesturing with her hands. The background is a blurred bookshelf filled with books.

“É MUITO GRAVE O DESMONTE NA CIÊNCIA”

Pedro Camarão

Helena Bonciani Nader é presidente de honra da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, a SBPC, e vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências. Biomédica, pesquisadora e professora titular da Unifesp, ela declara considera grave a situação da ciência brasileira diante do corte de cerca de 90% no orçamento do da Ciência e Tecnologia.

Nesta entrevista, ela conta que houve luta para impedir o contingenciamento, mas que o governo Bolsonaro usou de artimanha para passar por cima da legislação aprovada. Aqui, lamenta a situação e lembra que o tempo não volta, que existem estragos que não podem mais ser recuperados.

Focus Brasil – Sobre esse corte de 90% no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, quais as consequências para a ciência brasileira?

Helena Nader – São gravíssimas. Eu sempre uso uma analogia entre construir um prédio ou uma estrada e parar educação e ciência. Aqui, você não volta. São pessoas que perdemos, são insumos, em termos de material humano, que deixamos de formar. O tempo que passou não dá para recuperar e o que está havendo no Brasil é muito grave porque estamos falando de um corte que tem se acentuado ao longo dos últimos anos. Hoje, virou panaceia para resolver os problemas do não financiamento do ministério, porque é isso o que está acontecendo. Tem os cortes na Lei de Orçamento Anual e, além disso, outros recursos que são tirados. Por exemplo, o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, criado há mais de 50 anos. A gente lutou, a comunidade acadêmica, empresarial, junto com o parlamento. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) foi o protagonista da Lei 177, aprovada e que proibia o contingenciamento de recursos. Houve vetos e foram derrubados.

Mas uma artimanha articulada pelo Ministério da Economia junto com Secretaria de Governo e a Casa Civil – porque são aqueles que olham os gastos – tirou os R\$ 690 milhões destinados ao CNPq para pagar editais que já estão feitos. Mas, além desse, há R\$ 2 bilhões que, de acordo com a lei, o governo deveria ter liberado em junho e não soltou até hoje.

Veja, a gente lutou, conseguiu uma legislação que proíbe o contingenciamento, transformamos o fundo em fundo fiscal e financeiro e aí se fez uma outra lei em cima dizendo que eles também podem recolher tais recursos. Então, parece que a gente dá um passinho para frente e de repente são 100 passos para trás. A situação é grave. O êxodo de cérebros é real e estamos perdendo muito das melhores cabeças porque outros países no exterior querem. Brasileiro é inteligente, criativo, bem formado... Quem não quer receber cientistas de mão beijada?

Estamos discutindo na Fapesp a internacionalização e eu tive que

ler muito porque não gosto de falar sobre coisas que não são da minha área. E fui ler artigos, tanto da comunidade europeia quanto das academias americanas de Ciência e Medicina. Eles colocam de forma muito clara: hoje o mundo é globalizado e não tem fronteiras. Então, o cara que pegar as melhores cabeças vai ser o vencedor. Não é internacionalizar porque é bonito. É internacionalizar para ganhar, para ser protagonista. Infelizmente, não estamos fazendo isso.

– A senhora falou sobre a fuga de cérebros, mas existe uma outra preocupação que vale ser mencionada que é a interrupção de projetos produzidos há anos.

– Isso daí então, nem se fala... Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que estão na segunda versão, iriam receber R\$ 280 bilhões. O dinheiro seria destinado a 124 INCTs, que são redes espalhadas por todo o território nacional e em todas as áreas do conhecimento. Vão desde violência urbana até novas energias. Cobrem tudo. O Brasil, inclusive, deu uma resposta na pandemia por causa dessas redes. E o que aconteceu? Não vão receber o dinheiro. O edital universal saiu, as pessoas concorreram, são mais de 8 mil projetos envolvendo mais de 30 mil doutores. Sem o recurso, não há como pagar. As bolsas de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas também não. Mestrado e doutorado para inovação dentro da indústria também não. Isso é negar que a ciência tenha impacto na economia. É isso. O Brasil não entrou na sociedade do conhecimento e já estamos há 20 anos no século 21.

– Estamos falando de investimento estatal. No Brasil, nos últimos anos, houve crítica ao tamanho do Estado e aos investimentos públicos. A ciência exige investimento estatal no mundo inteiro, não é isso?

– É isso e mais sério ainda. Muita gente acha que quem sustenta a ciência nos EUA é o setor privado. É só entrar na internet e você pega os gráficos da American Association for the Advancement of Science que é o equivalente deles à Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência [SBPC]. A AAAS tem 173 anos. E a SBPC, 73 anos. E é o Estado e, mais ainda, as inovações... Quem investe é o Estado. As vacinas da Pfizer e a da Moderna tiveram investimento do governo Trump, que não acreditava em ciência.

A AGROPECUÁRIA, “QUE É POP”, DEPENDE DE CIÊNCIA. E FIZERAM CORTES NA EMBRAPA. VÃO MATAR A GALINHA DOS OVOS DE OURO?

– Aqui há um desmonte.

– Como estudante, lutei contra a ditadura militar. Mas tenho que reconhecer coisas que fizeram que são corretas. E uma delas foi o período integral nas universidades, a criação da Finep e do FNDCT. Os militares tinham um projeto. Não coincidia com tudo o que acredito, mas tinham um projeto de soberania nacional. Hoje, não temos. Eu fico preocupada porque a própria agro-

pecuária, “que é pop”, depende exclusivamente de muita ciência e eles fizeram cortes na Embrapa também. Cortar a galinha dos ovos de ouro...[ri]. E também, como é que você deixa de fora da Lei Orçamentária os radiofármacos? Ter que brigar para produzir para salvar vidas? Será que não sabiam? Os cortes não são feitos olhando em profundidade, na minha humilde visão. É notório para qualquer pessoa que se é para economizar, não se faz matando pessoas. Os radiofármacos são essenciais. Então, não precisava ter um aditivo. Já devia estar incluído, você sabe o quanto custa. É surreal.

A gente teve reunião com pessoas do Ministério da Economia que falaram para nós, formados em universidades públicas com doutorado, altamente qualificadas, e disseram que o ministro Paulo Guedes preza a ciência. Ele quer liberar, a Secretaria de Governo e a Casa Civil é que não deixam. Então, estamos numa situação em que A joga para B, B joga para C e C retorna para A. Eu até brinqueei: “Com que a gente vai falar? Com o papa? Quem é que pode nos ouvir?”

– O presidente fez, recentemente, uma declaração dizendo que não se vacinará e que é contra o passaporte. Qual é o sentimento que fica para uma cientista ver esse nível de negacionismo na liderança do país?

– É triste... É triste... É desacreditar o que fez a humanidade chegar até aqui. É isso o que eu vejo. É desacreditar a medicina. Ele foi salvo por médicos quando houve a facada, depois os problemas consequentes, todos dependentes da ciência médica. E a liberdade de cada um vai até o ponto em que ela não interfere com a liberdade do outro. Exigir o passaporte é o que o mundo está fazendo. •



Divulgação

A PEC DA TRANSPARÊNCIA

Quais as punições aplicadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público aos procuradores envolvidos na orquestração ilícita para destruir empresas, prender inocentes e interferir nas eleições presidenciais? Praticamente nenhuma

Paulo Teixeira

Está em discussão no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 5/2021, de minha



autoría, que altera a estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Minha ideia original foi bastante modificada na comissão especial criada para analisar o teor da PEC, mas a intenção de se reformar o segue firme e precisa ser exposta

à sociedade brasileira.

Na última semana, construiu-se uma narrativa de que a PEC enfraqueceria o Ministério Público. Na verdade, a atuação omissa e ineficiente do CNMP é quem tem debilitado a instituição e coloca-

do em dúvida seu papel constitucional. Alguns fatos não admitem contestação e comprovam essa premissa.

O maior escândalo judiciário da história do país, a operação Lava Jato, como reconhecido pelos principais jornais internacionais,

só foi revelado ao povo brasileiro após o vazamento de mensagens entre os membros do Ministério Público Federal e o ex-juiz Sérgio Moro. Quais as punições aplicadas pelo CNMP aos procuradores da República envolvidos nessa orquestração ilícita para destruir empresas, prender inocentes, como o ex-presidente Lula, e interferir nas eleições presidenciais?

A resposta é tristemente objetiva: praticamente nenhuma.

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, foi ou é parte em 52 processos no CNMP, dos quais 49 são disciplinares, o que significa que poderiam resul-

tar em penas administrativas. De tudo isso, ele só foi punido com uma censura – mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – e uma advertência, suspensa pelo STF. O célebre caso do Power Point, usado para condenar antecipadamente Lula, ficou na pauta do CNMP em mais de 40 ocasiões e só foi julgado quando as penas prescreveram.

Outro célebre procurador da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima, aposentou-se quando era processado pelo CNMP. Com isso, escapou de responder por seus atos e hoje presta consultoria a empresas na área anticorrupção. Ele é quem seria o presidente da bilionária Fundação Lava Jato, uma esdrúxula pessoa jurídica de direito privado criada para receber o dinheiro dos acordos de leniência que os procuradores da República de Curitiba negociaram com as empresas envolvidas na operação.

Essa fundação só não avançou graças a decisões do STF, especialmente do ministro Alexandre de Moraes, que a considerou abusiva e irregular. Muito bem, o próprio ministro já oficiou por várias vezes ao CNMP determinando que fosse investigada a criação dessa fundação. Até hoje, nada foi feito pela Corregedoria do conselho do Ministério Público. Não se trata de uma reclamação ou representação de um cidadão comum. É uma determinação do STF que não foi sequer levada em conta pelo órgão que a PEC 5 deseja reformar.

Outras personagens da Lava Jato permanecem absolutamente livres de qualquer responsabilização. Diogo Castor de Matos, o mais jovem da equipe e ex-estagiário de Deltan Dallagnol, pagou um outdoor com promoção pessoal dos membros da operação, por meio de um laranja, com recursos cuja origem ele não conse-

guiu comprovar.

O processo disciplinar contra ele está pautado, mas quem acredita em punição? Fosse uma pessoa qualquer, já estaria respondendo a processo criminal. Para Matos e seus colegas, não há qualquer apuração real. Podem até abrir-se processos, mas, após meses ou anos de tramitação, resultam em penas brandas, prescrições ou absolvições escandalosas.

O povo brasileiro não sabe quanto ganham os membros do Ministério Público. E não me refiro a seus subsídios. Estou tratando

O POVO BRASILEIRO NÃO SABE QUANTO GANHAM OS MEMBROS DO MP. NINGUÉM SABE QUANTOS SÃO OS PENDURICALHOS QUE TÊM NO CONTRA-CHEQUE

de penduricalhos como diárias, auxílios-saúde – recentemente regulamentado pelo CNMP, que o tornou obrigatório para todos os membros do Ministério Público –, auxílio-transporte e outras vantagens não divulgadas em portais da transparência. Quantos promotores ou procuradores hoje efetivamente residem em suas comarcas? Quantos membros da instituição realmente trabalham? Onde estão os controles de produtividade?

O Conselho Nacional do MP

poderia ter colocado sob lupa a questão dos promotores e procuradores que dirigem institutos, fundações e associações, muitas delas recebem dinheiro de empresas as quais os membros do Ministério Público fiscalizam e punem. Isso nunca foi feito.

A Corregedoria do CNMP divulgou dados segundo os quais o órgão pune mais do que o Conselho Nacional de Justiça. Esses números precisam ser auditados e vistos no detalhe. Em 2021, por exemplo, o CNMP instaurou 17 processos disciplinares. Quantos resultaram em punição? Nenhum. Em 2020, foram abertos 27 processos disciplinares. Desses, apenas 11 resultaram em condenação. Em toda a história do órgão, de 2005 a 2020, só foram aplicadas 22 penas de demissão para promotores e servidores, considerando o universo atual de 12.915 membros em todo o país. Essas penas mais elevadas alcançaram pouco mais de 0,2% do total de promotores e procuradores. Há algo de muito errado nisso tudo.

A PEC do Conselho Nacional do Ministério Público não é a PEC da Vingança. Ela é a PEC da Transparência. A proposta que introduz maior participação da sociedade no Conselho, por meio do Congresso Nacional. É uma PEC necessária e até mesmo urgente. E permitirá – com uma redação mais equilibrada – a punição daqueles que enfraquecem, envergonham e arruinam o Ministério Público, ao tempo em que servirá aos bons promotores e procuradores para que mostrem o excelente trabalho feito em favor da democracia.

O Congresso é a casa do povo e da democracia. Temos, como disse o grande Ulysses Guimarães, ódio e nojo das ditaduras. Quaisquer que sejam elas. •

Advogado, é secretário-geral do PT e deputado federal por São Paulo.

MORO NO BANCO DOS RÉUS NA ONU

Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas marca julgamento de processo de Lula contra o ex-ministro da Justiça para maio de 2022. O ex-juiz federal é acusado de agir com parcialidade e de perseguir o ex-presidente da República

Demorou, mas a Justiça chega. O Comitê de Direitos Humanos da ONU agendou para maio de 2022 o julgamento de um processo movido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o ex-juiz federal Sérgio Moro, que deixou a magistratura depois de condenar ilegalmente e prender o ex-mandatário, interferindo no resultado das eleições e assumindo o cargo de ministro da Justiça no governo do líder da extrema-direita Jair Bolsonaro.

Em julho de 2016, os advogados Cristiano Zanin e Valeska Teixeira Martins, que fazem a defesa de Lula, protocolaram uma petição em que denunciam a falta de imparcialidade e abuso de poder de Moro e pelos procuradores federais da Operação Lava Jato. Cinco anos depois, Lula obteve uma série de vitórias no Supremo Tribunal Federal que, além de garantirem a recuperação de seus direitos políticos, lançaram luz sobre as ilegalidades cometidas pela operação.

Em 2018, o Comitê da ONU se manifestou a favor de que Lula ti-

vesse pleno acesso aos direitos políticos e pudesse, assim, disputar as eleições presidenciais daquele ano. A recomendação foi ignorada pelo Estado brasileiro, que não é obrigado a acatar as deliberações do colegiado. Naquele mesmo ano, Lula foi preso por determinação de Sérgio Moro e impedido de participar do processo eleitoral. A ele foi negado conceder entrevistas e sequer fazer campanha para seu substituto, Fernando Haddad.

Um recurso enviado em setembro pela defesa de Lula ao Supremo Tribunal Federal revelou como a força-tarefa da chamada República de Curitiba, sob a coordenação do procurador federal Deltan Dallagnol, influenciou a defesa do governo brasileiro no âmbito do processo que corre nas Nações Unidas.

Conforme o documento, os procuradores assumiram “a própria linha de manifestação do Estado” perante o comitê, “com a aquiescência dos órgãos de Estado envolvidos”. Na avaliação de Zanin, trata-se de “uma verdadeira captura ou aparelhamento do Estado que também ocorreu

no plano nacional para viabilizar a prática de lawfare”.

O documento encaminhado ao STF se baseia em diálogos obtidos pela Operação Spoo-fing. As mensagens trocadas por procuradores no aplicativo Telegram deram origem à série de reportagens da Vaza Jato, que expôs os bastidores da operação pelo jornalista Gleen Greenwald e outros órgãos de imprensa do país.

A petição da defesa de Lula mostra que, em diálogos mantidos pelos procuradores entre 14 a 16 de janeiro de 2019, é “possível verificar que eles realizaram encontros e reuniões com órgãos de Estado, como AGU e CGU, para tratar, dentre outras coisas, de ‘Casos no exterior’, inclusive o Caso ‘Lula ONU’”.

“Os fatos novos, como já exposto, servirão para instruir nova manifestação a ser apresentada perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU e também reforçam o cenário de lawfare praticado contra Lula e a captura de alguns órgãos de Estado para essa finalidade”, denunciaram os advogados. •

A PEC DA BARBÁRIE

Em sua essência, a proposta de reforma administrativa promove o desmonte do Estado brasileiro, prejudicando não só os servidores, mas, principalmente a população mais carente, que necessita da prestação de serviço público de qualidade

Elvino Bohn Gass

A proposta de reforma administrativa, a famigerada PEC 32, encaminhada por Jair Bolsonaro é mais uma bomba de alto poder destrutivo



que os ultraliberais lançam contra o Estado brasileiro. É a barbárie focada no enfraquecimento do serviço público e dos direitos da população enquanto se aprofundam os privilégios de castas – inclusive as militares – dentro do Estado, com mais oportunidades de excelentes negócios para o grande capital às custas do sangue e do suor do povo brasileiro.

A PEC 32 é uma proposta cruel que promove verdadeira devastação no serviço público, trazendo abomináveis privatizações em setores de atuação exclusiva do Estado e também terceirizações, que abrem caminho para o aparelhamento pelos governantes de plantão. A proposta praticamente fulmina a realização de concursos públicos.

Querem a volta da República Velha, um tempo em que nomeações de cupinchas e apaniguados eram a prática para a ocupação de vagas no serviço público. Um verdadeiro absurdo: pode haver a livre nomeação de até 1 milhão de agentes públicos sem concurso, que podem ficar até 10 anos atuando no lugar de concursados. É um terreno fértil para a corrupção como a praticada pela família Bolsonaro, que já teria embolsado pelo menos R\$ 30 milhões com as

rachadinhas, prática de surrupiar dinheiro público de funcionários livremente nomeados.

A PEC enfraquece o poder de atuação de prefeituras, dos estados e da União, a oferta de serviços essenciais para a vida

da população e também reduz dramaticamente a autonomia dos servidores, que passam a ser perseguidos como inimigos da Nação. A iniciativa prejudica educação, saúde, segurança pública, Judiciário e uma série de outras áreas vitais em que a presença do servidor público concursado é peça central.

Além disso, afeta frontalmente a remuneração dos atuais servidores e preserva privilégios de membros dos Poderes, como magistrados, procuradores e militares, incidindo essencialmente sobre servidores públicos que não gozam de altas remunerações ou privilégios funcionais. A PEC afeta afetados professores, médicos, enfermeiros. E, pior, cria privilégios, como, por exemplo, mais direitos previdenciários aos policiais e beneficiários.

Trata-se, em resumo, de iniciativa contrária à “modernização” alardeada, pois a PEC ataca o Estado brasileiro. Ela enfraquece, desestabiliza, precariza e desvaloriza órgãos e carreiras que prestam serviços públicos e implementam políticas públicas garantidoras de direitos, fundamentais para desenvolvimento justo, sustentável e soberano do país.

A PEC 32 traz graves riscos de

autoritarismo, discricionariedade, aparelhamento e perseguição política tanto nos processos “simplificados” de seleção de servidores temporários, quanto na avaliação de desempenho que servirá como parâmetro para demissão.

Além disso, a proposta de emenda constitucional introduz grave dano ao direito de greve, pois permite a contratação de temporários sem processo seletivo para substituir a força de trabalho em caso de paralisação das atividades essenciais. É uma das grandes conquistas da Constituição de 1988 – a estabilidade no serviço público – cai por terra, pois a reforma amplia as possibilidades de demissão do servidor estável.

Outro absurdo é a possibilidade de redução transitória de jornada de trabalho em até 25%, com correspondente redução da remuneração dos servidores públicos.

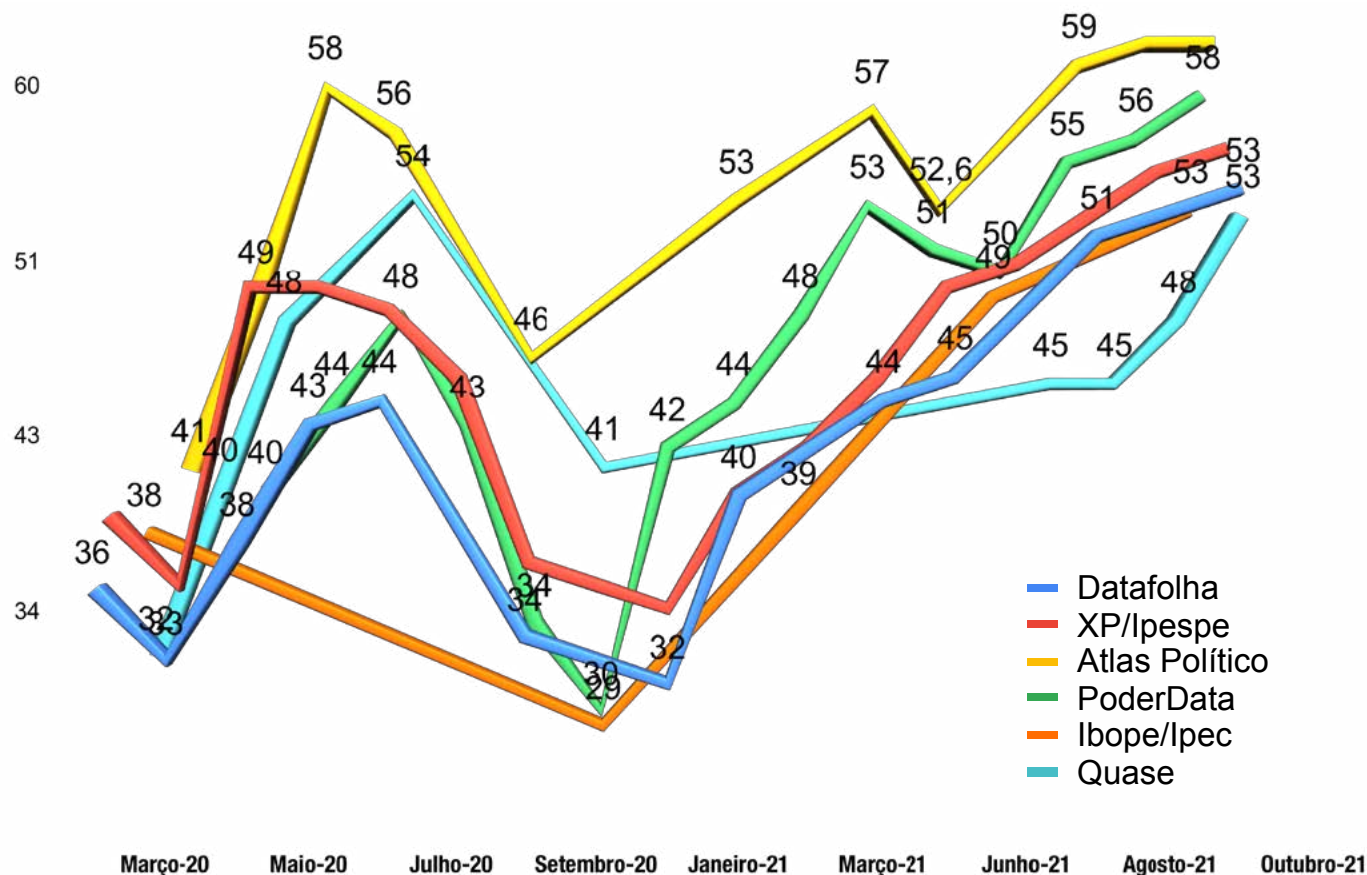
Em sua essência, a PEC 32/2020 promove o desmonte do Estado brasileiro, prejudicando não só os servidores, mas, principalmente a população mais carente, que necessita da prestação de um serviço público de qualidade.

A bancada do PT na Câmara, em sintonia com movimentos de servidores públicos, tem atuado firmemente contrária à PEC. O projeto é inconstitucional e ofende os princípios da segurança jurídica, de vedação do retrocesso e da afronta à legítima expectativa de direitos. É necessária ampla mobilização da sociedade para derrubar a proposta. •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.

Avaliação negativa do governo Bolsonaro

Evolução de dezembro de 2019 a outubro de 2021



Fonte: Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe)

QUEDA LIVRE. REJEIÇÃO A BOLSONARO CHEGA A 60%

Reprovação ao governo e liderança de Lula pra 2022 marcam as últimas pesquisas de opinião. Preocupado com a piora das condições de vida, o povo responsabiliza diretamente o presidente

Matheus Tancredo Toledo * e
Juliana Nascimento **

O último boletim do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, consolida os resultados de levantamentos divul-

gados nos últimos 45 dias, buscando traçar tendências entre os dados de diversos institutos de pesquisas de opinião pública. A íntegra do boletim está no [site da FPA](#).

Os institutos demonstram que o governo Jair Bolsonaro bate recordes de reprovação, beirando os 60% em parte con-

siderável dos levantamentos. São números maiores que os vistos entre maio e junho de 2020, quando o governo teve outro pico de reprovação. E isso afeta diretamente suas chances nas eleições de 2022. Todas as pesquisas apontam vantagem de Lula (PT).

A rejeição ao presidente é um

problema grave para o Palácio do Planalto. Entre a parcela mais pobre entrevistada pelas pesquisas, a aprovação a Bolsonaro já é menor que um quinto do total. Mulheres, jovens e residentes da região Nordeste são, mais uma vez, os segmentos que lideram índices de reprovação ao governo federal.

O mencionado pico de reprovação no primeiro semestre de 2020 marcou o início da pandemia de Covid-19 e da política desastrosa de contenção da doença por parte do governo. Hoje, é a situação econômica que ganha força como principal problema do país para a população.

Segundo o Datafolha, 53% dos brasileiros relatam piora na situação econômica pessoal. E 69% sentem a piora na situação econômica do país. Em outro levantamento, realizado pelo Ipespe, 64% acreditam que a economia brasileira está no caminho errado.

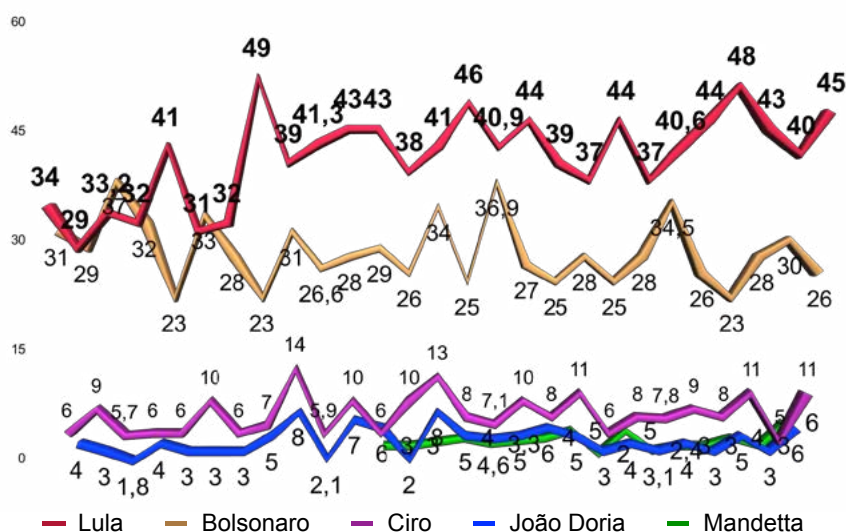
De acordo com levantamento da Quaest, o principal problema do país é a economia para 44% da população. Houve aumento de 12 pontos percentuais nesse número desde agosto. No mesmo período, as menções à saúde/pandemia diminuíram de 36% para 24%. E 62% dos entrevistados esperam piora da inflação, com Bolsonaro considerado o maior responsável pela situação econômica para 54%.

Na pesquisa Datafolha, 75% veem responsabilidade do presidente da República na alta da inflação, e 85% relatam redução do consumo de algum produto alimentício. Há expectativa de aumento da inflação nos próximos meses para 69% dos entrevistados.

Os cenários eleitorais parecem ter relação direta com a baixa popularidade do governo Bolsonaro. Todas as pesqui-

Eleições presidenciais

Evolução das candidaturas no primeiro turno



Fonte: Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe)

sas apontam vantagem de Lula (PT) nos cenários de 1º turno, e no momento Bolsonaro parece ter estacionado no patamar entre 25% e 30% das intenções de voto. Ainda, as pesquisas frustram entusiastas da intitulada 'terceira via' e apontam uma possível vitória de Lula no primeiro turno.

Segundo a pesquisa Quaest, Lula é considerado o melhor candidato para resolver os problemas vinculados à saúde e pandemia (37%), à criminalidade e à segurança (29%), à corrupção (28%), ao controle da economia (44%) e para acabar com brigas políticas (35%).

O instituto já havia indicado em levantamento anterior que o apoio a Lula acontece pelas qualidades próprias do ex-presidente, como capacidade de gestão da economia e pelo legado de seu governo. Isso pesa mais do que um anti-bolsonarismo.

Na base da pirâmide social, Lula tem seu melhor desempenho - 38 pontos de vantagem segundo a pesquisa do IPEC. No Nordeste, o petista alcança mais de 60% das intenções de voto nos cenários de primeiro turno.

Na faixa com renda de 2 a 5

salários, há diferenças substanciais entre as pesquisas: nas realizadas pelo Datafolha e pelo IPEC, de forma presencial, Lula tem vantagem contra Bolsonaro no primeiro turno, enquanto na pesquisa Atlas, realizada online, é o atual presidente que aparece na frente. A mesma diferença é vista quando se trata da região Sudeste: as pesquisas presenciais trazem Lula à frente do atual presidente no Sudeste, enquanto que no levantamento do Atlas Político Jair Bolsonaro estaria à frente.

Lula amplia sua vantagem contra Bolsonaro em simulações de segundo turno, e as pesquisas reforçam que o ex-presidente da República não é dependente de um antagonismo com o líder da extrema-direita, visto que tem vantagem semelhante ou até maior contra outros concorrentes. Segundo o Datafolha, por exemplo, Lula teria vantagem de 32 pontos percentuais contra João Doria e 22 contra Ciro Gomes. •

* Cientista político, com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo. ** Economista pela PUC-SP, é analista do Noppe da FPA



DILMA É ALVO DE CIRO GOMES

Após pedir trégua, o eterno candidato do PDT à Presidência parte para a baixaria contra Lula e Dilma. A ex-presidenta reage às intempéries do ex-ministro da Integração no governo Lula: “Misógino e mentiroso”. Mas ele insiste nos ataques

Depois de abandonar a luta política em 2018, escondendo-se em Paris para não ter de subir no palanque de Fernando Haddad contra Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Integração Nacional no governo Lula, **Ciro Gomes**, retomou os ataques aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Na segunda-feira, 12, ao conceder uma entrevista ao Estadão, o pré-candidato do PDT à Presidência acusou Lula de ter tramado a derrubada de Dilma.

A ex-presidenta reagiu prontamente. Nas redes sociais, denunciou **Ciro** de mentir descaradamente porque está empacado nas pesquisas eleitorais, atrás de Lula e do líder da extrema-direita nacional. Partindo para o tudo ou nada, **Ciro** promoveu um ataque virulento à ex-presidenta. Chamou-a de presunçosa e incompetente e a acusou de ocupar o cargo de presidenta da República de forma “tosca” e que ela e Lula “se merecem”.

Na sequência, **Dilma** voltou às redes sociais e afirmou que o petetista usa “argumentos golpistas”, distorce fatos e que sua visão sobre ela é “profundamente misógina”. E o comparou ao atual presidente da República: “Não se difere em nada de Bolsonaro. Ambos adoram quando os alvos de suas agressões reagem. Precisam disso para obter likes e espaço na mídia. É disso que se alimentam”, escreveu.

Dilma afirmou que **Ciro** usa “argumentos golpistas”, distorce fatos e que sua visão sobre ela é “profundamente misógina”. “O mais triste de tudo isso é que **Ciro** se diz arrependido de ter defendido a democracia”, acusou **Dilma**. “E ainda usa os mesmos argumentos dos golpistas que diz ter combatido”. Ao final, a ex-presidenta lamentou “ter, em algum momento, dado a **Ciro Gomes** a minha amizade”.

Os ataques gratuitos a **Dilma** levaram parlamentares petistas a manifestar solidariedade à ex-presidenta. Na quinta-feira, de-

putados reagiram. “Vejo que um pré-candidato a presidente da República que, certamente, vai subir no palanque de Bolsonaro para apoiar a agenda neoliberal dele, criticar a ex-presidenta **Dilma** e o ex-presidente **Lula**. Isso é inveja ou é ignorância. Ou é mau-caratismo?”, indagou o deputado **Pedro Uczai** (PT-SC).

A deputada **Benedita da Silva** (PT-RJ) também subiu à tribuna: “Eu quero dizer que eu conheço **Dilma Rousseff**. Neste país, ela é transparente e não cometeu nenhum delito. As ilações do candidato são inoportunas, indevidas – desculpem-me – e mentirosas com relação a **Lula**”.

Nas redes sociais, **Dilma** recebeu a solidariedade de internautas. E ainda ganhou seguidores. Segundo a Social Blade, **Ciro** iniciou a briga na terça-feira, 12, com 1.274.437 seguidores no Twitter. E perdeu mais de 2 mil seguidores até sexta-feira. Já **Dilma** subiu de 6.406.655 na quarta-feira para 6.416.818. Um salto de 10,2 mil seguidores. •

15 de outubro de 1957

GREVE PARALISA ESTADO DE SÃO PAULO

Trabalhadores do estado de São Paulo decretam greve geral. O movimento reivindica 45% de reajuste salarial e políticas contra aumento de preços de produtos de consumo popular. Era o ápice de um período de ebulição sindical iniciado pela articulação de várias categorias em torno da Aliança Intersindical por Aumento de Salário e contra a Carestia.

A decretação da greve fora precedida por uma intensa mobilização de tecelões, gráficos, vidraceiros, trabalhadores de curtume e das indústrias de papel, favorecida pelo compromisso do governador Jânio Quadros – que se declarou “amigo das greves” – de não reprimir os manifestantes.

Em poucos dias aderiram ao movimento novos contingentes de trabalhadores, vindos da indústrias químicas, alimentícias e de borracha. Quando a mobilização já se alastrara para todo o estado, a greve geral foi decretada. Um dia após a decretação da Greve dos 400 mil – como ficaria conhecida –, operários entrariam em confronto com a segurança privada da Ford e da Vemag. Jânio, então, voltaria atrás e poria nas ruas 10 mil soldados da Força Pública.

O retorno da repressão policial, no entanto, não funcionou como queriam os empresários, a UDN e a grande imprensa. Os trabalhadores, dentro e fora do ambiente dos sindicatos, demonstravam cada vez mais força.



18 de outubro de 1961

BANCÁRIOS DE TODO O BRASIL ENTRAM EM GREVE

Os bancários deflagram em todo o país a “greve da dignidade”, que dura oito dias e, com a mediação do primeiro-ministro Tancredo Neves e do ministro do Trabalho, Franco Montoro, obtém conquistas: reajuste imediato de 40% e outros 10% a partir de 1º de abril do ano seguinte.

A paralisação foi produto de um longo trabalho de organização promovido pela Confederação

Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec).

Em março de 1960, ocorreu a 1ª Convenção Nacional dos Bancários, que elaborou pauta de reivindicações e convocou a categoria a discuti-la. O movimento se prolongaria até o dia 26, provocando uma corrida da população aos bancos e a ação do governo para encontrar uma solução negociada.

17 de outubro de 1985

SERINGUEIROS CRIAM ENTIDADE NACIONAL

Durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília, é fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), organização representativa dos trabalhadores agroextrativistas. O órgão surge

sob a liderança do dirigente sindical acreano Chico Mendes, reunindo associações, cooperativas e sindicatos em defesa dos interesses dos povos da floresta. Nos anos 1970, grandes áreas da floresta eram vendidas a empresas, desmatadas e transformadas em pastagens. Chico Mendes tornaria-se referência na área do ambientalismo e receberia da ONU em 1987 o Prêmio Global 500.



17 de outubro de 2006

PETROBRAS DESCOBRE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL

No governo Lula, a Petrobras revela ter descoberto vastas reservas de petróleo e gás natural na camada geológica do pré-sal. As estimativas iniciais apontaram para a existência de até 8 bilhões de barris de óleo, a profundidades que podem chegar a 7 quilômetros, em águas a 300 quilômetros da costa brasileira.

As riquezas do Pré-Sal provocariam debates e negociações

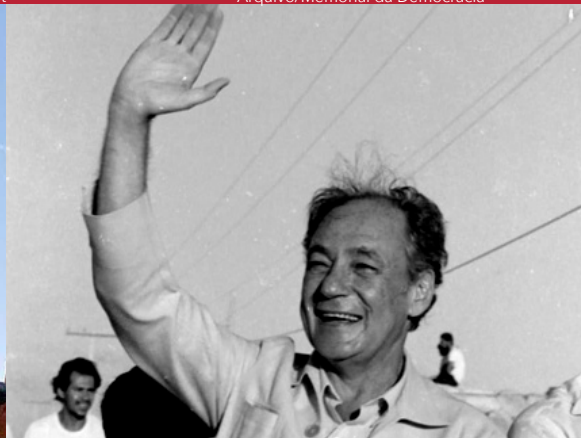
políticas entre a União e os diferentes estados acerca da destinação e propriedade dos royalties do petróleo. Também levariam o governo Lula a propor lei, aprovada pelo Congresso, que alteraria o regime de concessão, adequado para a exploração em áreas de maior risco, para o da partilha, próprio para campos de baixo risco e alta presença de óleo e gás.

19 de outubro de 2020

VITÓRIA ELEITORAL DE LUÍS ARCE NA BOLÍVIA

A eleição de Luís Arce, do MAS, após o golpe de Estado que destituiu o presidente Evo Morales, é um marco: "Recuperamos a democracia e a esperança". Foi assim que o presidente eleito, conhecido como Lucho, celebrou sua

vitória. A eleição tinha vários elementos que sugeriam a possibilidade de novo golpe para impedir a esquerda de voltar ao governo. E consagrou vitória significativa e inquestionável. Um dos elementos foi o bom governo de Evo Morales com crescimento econômico sob responsabilidade do então ministro da Economia, Luis Arce, e a redução da pobreza num dos países mais pobres da América do Sul.



21 de outubro de 1926

NASCE, NA BAHIA, WALDIR PIRES

Nascido em Acajutiba, na Bahia, Waldir Pires foi um grande líder político brasileiro. Em 1986, nas primeiras eleições diretas para governo após o regime militar, se candidatou a governador da Bahia e ganhou com ampla vantagem. Nas eleições de 89, disputou como vice na chapa de Ulysses Guimarães. Em 1998 elegeu-se deputado federal com a maior votação no Estado e logo em seguida se filia ao PT. No governo Lula, foi ministro da Controladoria-Geral da União, em 2003, iniciando a implantação do moderno sistema de controle e transparência dos gastos públicos, do qual o país dispõe hoje, e considerado um dos melhores do mundo. Em março de 2006 assume o Ministério da Defesa, a pedido do presidente Lula. Em 2012, foi eleito vereador da cidade do Salvador e cumpriu seu mandato até o fim. Faleceu no dia 22 de junho de 2018 aos 91 anos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

MÚSICA



ZECA BALEIRO, PROLÍFICO AGITADOR

O compositor maranhense se junta ao lendário Vinícius Cantuária para lançar "Naus", um disco dos tempos de pandemia.

E ainda tem pronto outro álbum, com o paraibano Chico César, seu velho parceiro.

Ele continua um músico da resistência

Alberto Cantalice

Ocantor, compositor e instrumentista maranhense Zeca Baleiro vem demonstrando ao longo da carreira um incrível potencial de ressignificação estética. Antes de despontar com a sua singularidade no cantar, Zeca foi interpretado por enorme gama de artistas de destaque no cenário da música popular brasileira: Elba Ramalho, Simone, Gal Costa, Cláudia Leitte, entre muitas e muitos outros.

Agora ele lança um novo disco, *Naus*, gravado no estúdio da produtora mineira Sonastério, em Nova Lima (MG), junto com outra lenda da MPB: Vinícius Cantuária. A dupla levou praticamente uma semana para finalizar as gravações do álbum, com músicas inéditas, fruto da parceria. E planejam uma turnê por todo o país ainda esse ano. Zeca ainda deve lançar, no início de 2022, um novo disco, feito em parceria com Chico Cesar.

Zeca Baleiro fez da pandemia um período de intensa agitação e trabalho. Engajado e consciente de seu papel como agitador cultural, não se furtou a colocar a mergulhar na música para tocar muitos projetos com amigos e velhos parceiros. Além disso, aproveitou para apoiar causas importantes, como a educação pública, tendo apoiado explicitamente o trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Engajado, lançou em julho uma canção incorporada à campanha do impeachment de Jair Bolsonaro. Chamada "Desgoverno", a obra foi composta em parceria com Joãozinho Gomes e tem trechos presentes no abaixo-assinado lançado pelos artistas contra o governo. Ele lamenta na canção que "se pudessem ser enfileirados, os mortos pela covid-19, apenas no Brasil, formariam um inacreditável

corredor capaz de cobrir uma vez e meia a distância entre a Terra e a Lua".

Desde o início da carreira, Zeca se manteve antenado com as angústias do povo e, com bom humor, fez de sua arte um manifesto de consciência política e solidariedade. Como na canção "Telegrama": "Eu tava triste, tristinho/ Mais sem graça que a top model magrela na passarela/ Eu tava só, sozinho/ Mais solitário que um paulistano/ Que um canastrão na hora

BALEIRO E CANTUÁRIA GRAVARAM O ÁLBUM NA PRODUTORA MINEIRA SONASTÉRIO E VÃO PROMOVER UMA TURNÊ CONJUNTA

que cai o pano/ Tava mais bobo que banda de rock/ Que um palhaço do circo Vostok/ Mas ontem eu recebi um telegrama/ Era você de Aracaju ou do Alabama/ Dizendo: Nêgo, sinte-se feliz/ Porque no mundo tem alguém que diz/ Que muito te ama/ Que tanto te ama/ Que muito, muito te ama".

Baleiro, um nordestino, andarilho pelo país, passou por Belo Horizonte, Rio e São Paulo, e conseguiu nesta canção expressar um sentimento latente, que aprisiona aqueles que se retiram das suas regiões de origem para buscar oportu-

nidades em outras localidades e em cuja existência inicial acende uma melancolia e um abandono. "Por isso hoje eu acordei com uma vontade danada de mandar flores ao delegado/ De bater na porta do vizinho e desejar bom dia/ De beijar o português da padaria".

A versatilidade o levou a gravar um samba de sua autoria - "Samba do Approach, com o carioquíssimo Zeca Pagodinho. Amigo e parceiro do paraibano Chico Cesar, com quem no início da carreira dividiu um apartamento em São Paulo, compôs a belíssima canção "Respira" onde já na primeira estrofe, a dupla demonstra seu desejo de resistir: "Não se entregue não. Ainda tem chão, respira. Sei que falta ar, mas de algum lugar a gente tira".

Nesse período pós-pandêmico o maranhense Zeca Baleiro se juntou ao amazonense Vinicius Cantuária para produzir o novo disco. Cantuária ficou conhecido no cenário musical como músico ainda nos anos 70. Foi baterista do pioneiro grupo de rock O Terço e da Banda Atômica, que acompanhava o multi-artista Jorge Mautner. Depois, durante muito tempo, Cantuária tocou como músico de apoio para os baianos Gilberto Gil e Caetano Veloso.

É de Vinicius a canção "Lua e Estrela": "Menina do anel de lua e estrela/ Raios de sol/ No céu da cidade/ Brilho da lua/ Noite é bem tarde/ Penso em você/ Fico com saudade/ Manhã chegando/ Luzes morrendo/ Nesse espelho que é nossa cidade". A canção fez grande sucesso na voz de Caetano Veloso.

Vivendo atualmente nos Estados Unidos, Cantuária raramente vem ao Brasil nos últimos tempos. Mas não teve dúvidas em se juntar a Baleiro para produzir o novo álbum. As coincidências da vida e o respeito mútuo uniu a dupla para lançar esta obra de arte universalista e contemporânea. •

HUNKY DORY 50 ANOS

O monumental álbum de David Bowie permanece um clássico da música pop, com algumas das mais notáveis canções do artista inglês, incluindo "Changes" e "Life on Mars?". Gravado no verão de 1971, o álbum abriu o caminho para levar o camaleão do rock à estratosfera

Olímpio Cruz Neto



Olímpio

Um dos mais emblemáticos álbuns do rock está completando 50 anos. É a obra-prima *Hunky Dory*, o quarto disco da carreira de David Bowie, que entrou no Trident Studios em 8 de junho de 1971. Lançado em dezembro daquele ano, o disco traz algumas das canções mais representativas e emblemáticas da carreira do genial cantor e performer britânico, especialmente "Changes" e "Life on Mars?".

O disco passou relativamente sem grandes repercussões no seu lançamento, mas alcançou o status de clássico depois que Bowie deu vida a Ziggy Stardust, no ano seguinte. Foi então que *Hunky Dory* tornou-se um sucesso, alcançando o número 3 nas paradas britânicas. Em 1973, a gravadora RCA lançou "Life on Mars?" como single, que também chegou ao nº3 no Reino Unido.

O disco foi eleito pelos leitores da revista inglesa *Q* como o 43º

melhor álbum de todos os tempos. Em 2000, a mesma revista o colocou no número 16 na sua lista dos 100 melhores álbuns britânicos de todos os tempos. Em 2003, *Hunky Dory* foi classificado como 107º na lista da *Rolling Stone*, entre os 500 melhores álbuns de todos os tempos. Em 2006, a *Time* o escolheu como um dos 100 melhores álbuns de todos os tempos.

Não é pouca coisa. O próprio Bowie considera o álbum o mais importante de sua carreira. Em 1999, o cantor disse em entrevista: "Hunky Dory me deu um engrandecimento fabuloso. Acho que me proveu, pela primeira vez na vida, um verdadeiro público". O álbum contém grandes canções, com "Oh! You Pretty Things". A mais emblemática, contudo, é uma canção pop perfeita. Estamos falando, claro, da clássica "Life on Mars?"

Escrita por Bowie em 1971, a gravação original para o disco contou com a intrincada compo-

sição ao piano do tecladista Rick Wakeman, que integraria em seguida o grupo Yes. Bowie também sempre elogiou as guitarras de Mick Ronson. E o arranjo é soberbo. Mais tarde, a BBC Radio 2 chamaria a canção de uma "mistura de um musical da Broadway com uma pintura de Salvador Dalí". Trinta anos depois, a música voltou às paradas, dessa vez na 55ª posição, por conta de seu uso na abertura da série de televisão inglesa "Life on Mars".

Para quem não sabe, a música foi recriada como paródia de "My Way", a canção eternizada por Frank Sinatra. Em 1968, Bowie havia escrito "Even a Fool Learns to Love", para a canção francesa de "Comme d'habitude". Nunca foi lançada, mas Paul Anka comprou os direitos do original em francês e a reescreveu como "My Way". O sucesso com Sinatra fez Bowie sentar novamente e escrever "Life on Mars?" como uma paródia. Superou a original. •

BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

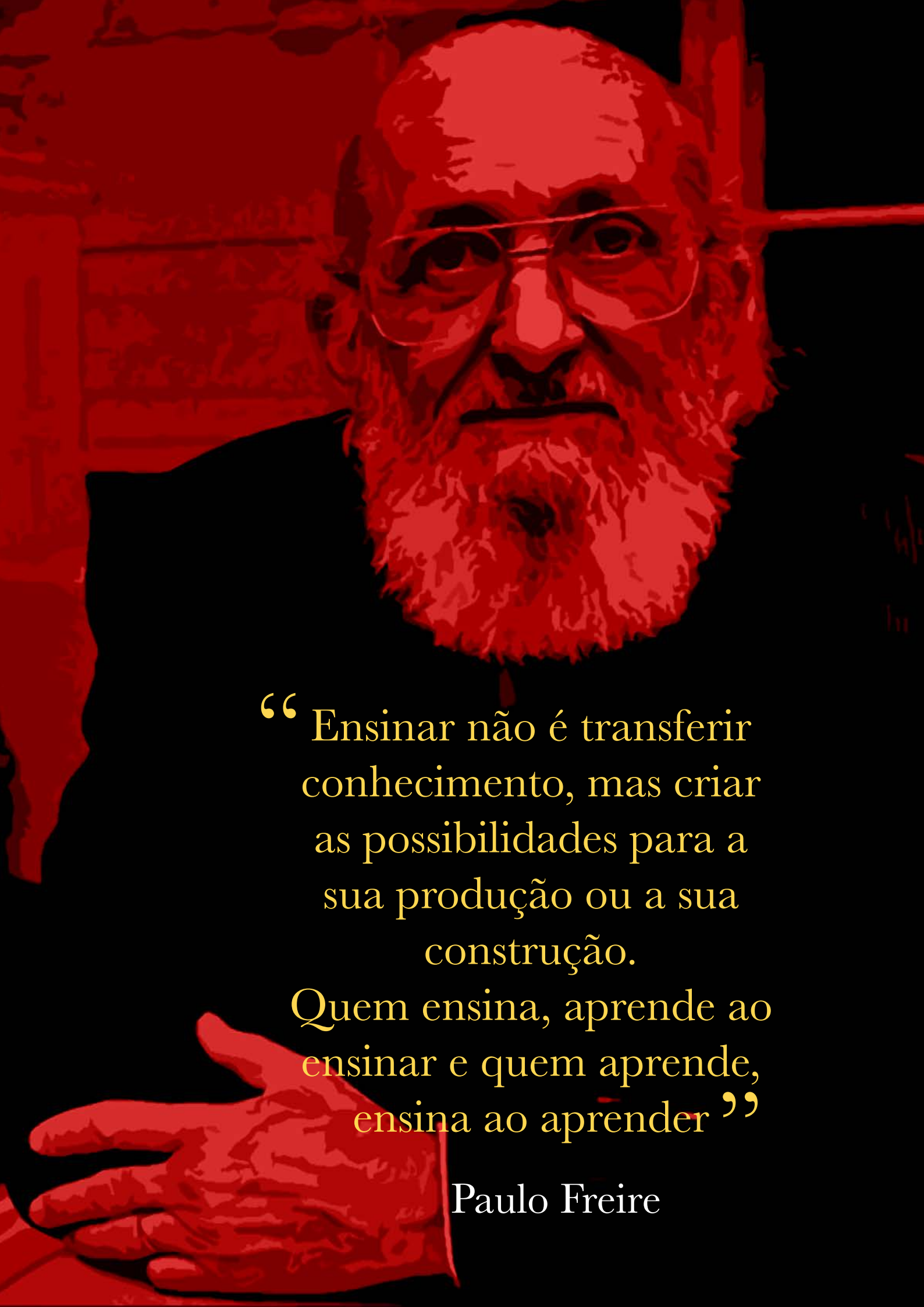
SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br



A portrait of Paulo Freire, an elderly man with a full white beard and glasses, wearing a dark jacket. He is looking directly at the camera with a slight smile. The background is a textured, light-colored wall.

“ Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender ”

Paulo Freire